

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN

**A QUESTÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA:
O PROCESSO DE ADESÃO AO TNP**

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Mallmann, Vinícius Henrique
A Questão Nuclear entre Brasil e Argentina: o
processo de adesão ao TNP / Vinícius Henrique
Mallmann. -- 2017.
66 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Brasil. 2. Argentina. 3. Corrida Nuclear. 4.
TNP. I. Reis da Silva, André Luiz, orient. II.
Título.

VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN

**A QUESTÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA:
O PROCESSO DE ADESÃO AO TNP**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2017

VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN

**A QUESTÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA:
O PROCESSO DE ADESÃO AO TNP**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

*Ao meu avô, Celeste.
O meu primeiro raio.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelos ensinamentos que me fizeram crescer e que me ajudam, hoje, a ser um bom pai. Pelo amor, confiança e apoio que me transmitem todos os dias.

À Tati, minha esposa, por manter, sempre, a luz acesa, e por me mostrar como a felicidade realmente é.

Ao Lucca, meu filho, pela energia e pela alegria de viver, que me dão forças, todos os dias, para me tornar alguém melhor.

Aos meus amigos, que me acompanharam nestes últimos meses, ajudando e apoiando na finalização dessa monografia e nas seleções de mestrado. Roberta, muito obrigado. Em especial à Liza, que dividiu muitas noites de trabalho e torradas, bem como tornou esse trabalho mais divertido.

À professor Sonia, por ter me iniciado à Pesquisa Científica, e por me mostrar que esse trabalho vale a pena.

Ao meu orientador, André Reis, por todo o caminho percorrido, pelas oportunidades dadas e pela confiança no meu trabalho.

Et puis seulement quand c'est fini, alors on danse.

Stromae

RESUMO

A relação conflituosa entre Brasil e Argentina ao longo da Guerra Fria criou, no contexto sul-americano, uma corrida nuclear. Enquanto as Grandes Potências globais tentavam congelar o poder internacionalmente e impedir o avanço de desenvolvimento bélico em países menores, Argentina e Brasil competiam pela liderança regional, e enxergavam, na dominância do setor atômico, a chave para essa conquista. Concatenado a isso, ambos países negaram o TNP, questionando suas proposições ambíguas e pouco claras. Esse trabalho pretende, assim, analisar o porquê de, na década de 1990, Argentina e Brasil romperem com o longo caminho de negação e resistência perante o Tratado para aceitarem assinar o TNP, mesmo após a cessação das rivalidades bilaterais e o fim da divisão do mundo em dois blocos. Dessa maneira, por meio da análise de fontes primárias - discursos, tratados e notas de governo - e da consolidada bibliografia existente sobre o tema, analisaremos a construção dos programas nucleares brasileiro e argentino, a disputa pela hegemonia regional, bem como as iniciativas de cooperação em nível nuclear entre os dois Estados. Finalmente, o trabalho busca entender os motivos que levaram a Argentina e o Brasil a aderirem ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, Nuclear, Potência Média, Hegemonia Consensual.

ABSTRACT

The conflict between Brazil and Argentina during the Cold War has created a nuclear race in the South American context. While the Great Global Powers attempted to freeze power internationally and prevent the advance of war development in smaller countries, Argentina and Brazil competed for regional leadership, both seeing in the dominance of the atomic sector the key to that achievement. Concatenated to this, both countries denied the NPT, questioning its ambiguous and unclear propositions. This paper seeks to analyze why, in the 1990s, Argentina and Brazil broke off from the long road of denial and resistance to the Treaty to accept signing the NPT, even after the bilateral rifts and the division of the world in two blocks had ceased. Thus, through the analysis of primary sources - speeches, treatises and government notes - and the consolidated bibliography on the subject, we will analyze the construction of the Brazilian and Argentine nuclear programs, the dispute for regional hegemony, as well as the cooperation initiatives at the nuclear level between this two States. Finally, the paper seeks to understand the reasons that led Argentina and Brazil to adhere to the Nuclear Non-Proliferation Treaty.

Key-words: Brazil, Argentina, Nuclear, Middle Power, Consensual Hegemony.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	– Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AIEA	– Agência Internacional de Energia Atômica
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
CNEA	– Comissão Nacional de Energia Atômica
CNEN	– Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
MAD	– Destruição Mútua Assegurada, sigla em inglês
ESG	– Escola Superior de Guerra
EUA	– Estados Unidos da América
EURATOM	– Comunidade Europeia de Energia Atômica
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FMI	– Fundo Monetário Internacional
JK	– Juscelino Kubitschek
IEA	– Instituto de Energia Atômica
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MME	– Ministério de Minas e Energia
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPANAL	– Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe
PIB	– Produto Interno Bruto
PLAN	– Plano Nuclear Argentino
I PND	– Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	– Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
RFA	– República Federativa da Alemanha
SCCC	– Sistema Comum de Contabilidade e Controle
TNP	– Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDOE	– Departamento de Energia dos Estados Unidos, sigla em inglês

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A ENERGIA NUCLEAR NA AMÉRICA LATINA COMO FONTE DE PROJEÇÃO DE PODER	16
2.1	A NUCLEARIZAÇÃO BRASILEIRA	17
2.2	A NUCLEARIZAÇÃO ARGENTINA	22
3	RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA: DA RIVALIDADE À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	26
3.1	AS DÉCADAS DE 1970 E 1980: DISTENSÕES E APROXIMAÇÃO	26
3.2	DÉCADA DE 1990: FIM DAS RIVALIDADES E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	35
4	A CONJUNTURA NEOLIBERAL A PARTIR DOS ANOS 1990 E O MOVIMENTO ANTINUCLEAR	39
4.1	O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES FRENTE AO TRATADO DE TATELOLCO	39
4.2	ADESÃO AO TNP E SEUS DESDOBRAMENTOS: A EXPANSÃO NO CENÁRIO MUNDIAL	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e Argentina foram regidas pelo paradigma da rivalidade, e mesmo a ascensão de regimes militares, que apresentavam ideias semelhantes, nos dois países não foi capaz de interrompê-la. Contudo, um longo processo que se iniciou com os acordos de Itaipu (Acordo Tripartite) e que desaguou na criação do Mercosul e da ABACC, alterou essa relação, resultando em laços de amizade entre os vizinhos. Assim, as desavenças que existiam quanto ao poderio ou ao avanço militar desses países sucumbiram em detrimento da assistência e da cooperação. Os diversos acordos e tratados firmados na área nuclear ajudaram, desse modo, a estabelecer o início da zona de paz no Cone Sul (ONUKEI, 2006). Para tanto, esta monografia tem como foco compreender a motivação de Argentina e Brasil em finalmente assinar o TNP após quase meio século de recusa em fazê-lo. Ademais, procura-se identificar quais os fatores internos e externos que levaram ambos países à necessidade de obtenção de usinas nucleares e do *status* de país “nuclearizado”. Somado a isso, busca-se determinar o que mudou na relação nuclear entre Brasil e Argentina após a cessação das rivalidades e das contínuas desconfianças bélicas.

Dessa forma, a presente monografia propõe-se a analisar o que alterou a percepção dos dois países em relação ao TNP – que na visão argentino-brasileira promovia o congelamento do poder global e restringia o acesso às tecnologias sensíveis, ao invés de realizar o desarmamento das grandes potências e impedir o acesso nuclear bélico a outras nações – e o porquê da assinatura do mesmo. Levantam-se perguntas sobre a fulcralidade da pressão externa e sobre os graus de entendimento entre os vizinhos: houve um acordo entre os dois para a assinatura conjunta? Essa assinatura trouxe ganhos ou perdas para os setores nucleares de ambos?

As hipóteses norteadoras acerca do problema de pesquisa tratam da mudança de relação de forças no Sistema Internacional, que culminou na necessidade de Brasil e Argentina em assinar o TNP para continuar seus projetos de pesquisa nuclear, ao passo que transmitiam segurança aos vizinhos. Além disso, supõe-se que a retomada dos governos civis, após décadas de regimes militares nos dois Estados, teve grande peso para a assinatura deste tratado. O peso político advindo da assinatura do TNP levaria o Brasil a uma posição vantajosa no grupo que clamava pelo completo processo de desnuclearização das grandes potências. Enquanto a adesão, por parte argentina, levaria o país a possibilidade de angariar fundos e investimentos

que pudessem sanar sua crise econômica. Brasil e Argentina também poderiam integrar outros grupos ou fóruns multilaterais de cooperação na área da energia nuclear.

Assim sendo, o marco temporal abordado no trabalho passa do período ditatorial brasileiro e argentino até os dias atuais, centrando seus dados em documentos disponibilizados pelos próprios governos, concernentes aos tratados bilaterais e acordos multilaterais firmados. Utilizando a análise de discurso advinda da teoria Construtivista das relações internacionais, pretende-se enriquecer a análise de dados e finalizar o trabalho com as consequências, para ambos países, da assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. A importância desse trabalho justifica-se, então, pela relevância em entendermos os processos pelos quais o Brasil formou uma aliança e parceria estratégica com a Argentina, que culminou na assinatura do Mercosul - bloco regional que o Brasil utiliza para projetar poder em seu entorno -, e pela relevância que o país ocupa, ainda hoje, como parceiro brasileiro.

Face a isso, os países ambicionavam maior inserção nos organismos internacionais, motivando a assinatura do TNP: a busca por cooperação e por auxílio técnico, que modificara as relações na década de 1980, já não representava mais o foco e o objetivo da assinatura do tratado. O TNP, no entanto, trouxe mais perdas que ganhos, já que congelava o poder internacional, mantendo os níveis bélicos das grandes potências à medida em que limitava o acesso tecnológico aos países periféricos. Além disso, o Tratado de Tlatelolco seria mais vantajoso e com menos custos político-diplomáticos, já que sinalizava uma área de proibição de arsenais nucleares e proporcionava o desenvolvimento nuclear autônomo dos países signatários.

Ricardo Sennes (2003) congregou as diversas definições existentes na Academia sobre o termo “Potência Média”, desenhando o perfil das Potências Médias recém-industrializados. Acerca dessa nova descrição, uma Potência Média seria um ator dotado de capacidades materiais intermediárias, que logra transformar em capacidades de poder real (“variáveis intangíveis”). Neste sentido, o autor diz que a inserção do Estado ocorre de forma “dual”; de um lado estando em posição intermediária no Sistema Internacional - com sua consequente condição de “system-affecting state” - e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontra. Neste caso, Sennes vê como obrigatória a ambição do Estado por “domínio” regional, trazendo em sua análise a questão da “vontade” como determinante, e não só a questão das capacidades geopolíticas (SENNES, 2003). Diante dessa discussão, o Brasil aparece, para alguns autores, como sub-imperialista, havendo uma

inclusão praticamente consensual do País como Potência Média. Ainda, o Brasil é visto, junto de países como a Índia, como um dos casos paradigmáticos deste grupo (SENNES, 2003).

Nesse viés, a Argentina não pode figurar dentro do conceito de Potência Média por encontrar-se na zona de influência regional brasileira - fato que estimulou o sentimento de rivalidade por parte da Argentina e o medo brasileiro de que o País tentasse subverter essa ordem - caracterizando-se, assim, como uma Potência Regional ou como uma Potência Fortemente Engajada. O autor traz os padrões de comportamento das Potências Médias para o enfoque, apontando suas tendências a atuar em fóruns multilaterais e a apoiar instituições internacionais ao invés de estabelecer relações bilaterais que envolvam grandes potências. Ou seja: as Potências Médias buscam alianças e ações coletivas para viabilizar o acúmulo de poder necessário e se fazer presente no cenário internacional. Posto isso, diferenciam-se as relações das Potências Médias com (1) *grandes potências*, buscando manter-se livre de sua influência direta (tanto em termos internos quanto em assuntos regionais), evitando-se as relações bilaterais; (2) *pequenas potências*, cuja tendência é de buscar exercer ao máximo a capacidade de influência e relações vantajosas, reforçando relações bilaterais; e (3) *relações regionais*, em que se procura agir como potência regional hegemônica ou estar fortemente engajada nessa disputa, pois essa é a arena que estão mais diretamente envolvidos os seus interesses (SENNES, 2003).

Burges (2016) parte da concepção gramsciana de hegemonia para formular o conceito de Hegemonia Consensual. A hegemonia consensual seria uma forma de pressionar ou criar condições para que “uma política futura parecesse um movimento auto-interessado por outros países”. Dessa maneira, a diplomacia, mascarando suas ações, seria engajada a estruturar relações e organizações continentais alinhando os interesses do país. Nesse sentido, as recompensas ganhas ao buscar uma hegemonia consensual compensariam as falhas ao atingí-la. O autor deixa claro que o conceito é importante para entender a estratégia de liderança de uma Potência Média emergente, o que se fundamenta em esta monografia por analisarmos o caso brasileiro como Potência Média. Na visão de Burges (2016):

Hegemonia é, portanto, mais que um conceito aplicável somente às relações políticas interestatais. É um sistema abrangente que organiza relações econômicas, políticas e sociais nos e entre os Estados. Embora esta estrutura global dite o comportamento dos Estados, ela não necessariamente expressa a dominação de um Estado em um momento particular no tempo, mas pode, ao invés disso, ser uma estrutura criada por meio de um acordo consensual entre múltiplos Estados liderados por um Estado predominante. É este aspecto que se reproduz perfeitamente na tradição diplomática brasileira de liderar por meio da produção de ideias, sugestões, projetos de textos

de negociações e, sustentar calmamente discussões em temas potencialmente conflituosos. Há espaço para que Estados predominantes como o Brasil lancem projetos com bases regionais, ou para que usem sua liderança regional como alavanca para uma hegemonia global (BURGES, 2016).

Por conseguinte, podemos observar que a construção e a definição do termo Potência Média e Hegemonia Consensual são de suma importância para analisarmos o percurso de desenvolvimento nuclear da Argentina e do Brasil, pois vemos como a Argentina é uma Potência Fortemente Engajada a buscar o *status* de Potência Média, e como o Brasil-Potência-Média busca inserir-se, em diferentes formas, no plano externo, e como ele reorienta sua política para manter seu *status quo* e não ser rebaixado; enquanto o conceito de Hegemonia Consensual pode ser utilizado para descrever os diferentes momentos de aquiescência por parte de ambos os países acerca (1) do favoritismo norte-americano e (2) para contrastar os distintos níveis de desenvolvimento nuclear. Ademais, essas definições se tornam imprescindíveis para a análise da política externa dos governos de Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil revigorado pelo Real se lança para fora em busca de crescimento e desenvolvimento, utilizando de meios regionais – Mercosul – para ampliar seu poder no Cone Sul e para limitar a influência norte-americana nos países vizinhos, ao passo que a Argentina, mesmo que com graves dificuldades econômicas, tentava fazer o mesmo, principalmente nos governos de Raúl Alfonsín e Carlos Menem.

O processo metodológico para esta monografia será focado na realização de estudos de caso - de forma específica, dos casos de Argentina e Brasil, dentro do tema proposto. Com o intuito de responder ao problema apresentado neste trabalho, será feita a análise qualitativa de fontes primárias, como declarações oficiais, discursos, tratados e acordos internacionais, posicionamentos em órgãos multilaterais e documentos dos respectivos governos. Além disso, far-se-á uma revisão bibliográfica a partir das fontes já existentes no assunto desenvolvidas por especialistas em Política Internacional e Integração Sul-americana, bem como a análise de documentos disponibilizados pela imprensa e por organismos internacionais. Neste íterim, o ponto inicial do trabalho será a institucionalização do desenvolvimento nuclear nos dois países e a corrida nuclear advinda do desejo de exacerbação de forças num plano regional marcado por desconfianças mútuas e por quebras de regimes. A seguir, busca-se tratar do dilema de rivalidade e cooperação que permeou os anos 1970 e 1980 e, no terceiro capítulo, apresenta-se a conjuntura doméstica e internacional que foi fundamental para entender o aceite ao TNP.

O marco cronológico abordado no trabalho começa com o desenvolvimentismo de Vargas e Perón, passando pelos períodos ditatoriais brasileiro e argentino - nos capítulos 1 e 2 - e finalizando com os governos FHC e Carlos Menem, centrando seus dados em documentos disponibilizados pelos próprios governos, concernentes aos tratados bilaterais e acordos multilaterais firmados na busca pelo desenvolvimento nuclear. Fazendo análises de discursos, pretendeu-se enriquecer a análise de dados e concluir o trabalho expondo as motivações que levaram à assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que até então apresentava-se prejudicial para ambos países, e sua ratificação. Dessa forma, a metodologia aplicada para a monografia contribui para o teste das hipóteses anteriormente levantadas, em especial da hipótese central, de que houve pressão externa para o aceite do TNP.

2 A ENERGIA NUCLEAR NA AMÉRICA LATINA COMO FONTE DE PROJEÇÃO DE PODER

Após as explosões de artefatos nucleares em Hiroshima e Nagasaki, que deram fim à Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo testemunhou o poder bélico dos armamentos nucleares. Começa-se, então, uma corrida armamentista entre as duas Grandes Potências globais, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). A ausência de conflitos diretos entre esses dois atores, dada a possibilidade de destruição mútua¹ entre eles, bem como a divisão política do mundo em blocos (capitalista e socialista, respectivamente) tornou esse período histórico conhecido como Guerra Fria (HALLIDAY, 2008). Tomando como foco a corrida nuclear, nessa perspectiva, os principais atores regionais em todo o globo começaram a buscar alternativas que pudessem levar à obtenção de tecnologia nuclear. No continente asiático, China, Japão, Índia e Paquistão; no continente africano, África do Sul, Egito e Israel; no continente europeu, França, Inglaterra e Alemanha; no continente americano, Argentina e Brasil².

A rivalidade histórica entre os dois principais atores sul-americanos recrudescceu com a Guerra Fria e com o medo do “comunismo” (BANDEIRA, 1995). Argentina e Brasil buscavam, incessantemente, meios de reagir às ameaças externas ao mesmo tempo em que competiam entre si pela supremacia regional. A aliança com os Estados Unidos se fazia vital para responder a isso, ao mesmo tempo em que criava uma via de obtenção tecnológica. Contudo, as negativas americanas não impediram os países de buscarem aliados externos capazes de transferir tecnologia. Assim, a competição regional pelo *status* de “Potência Média” (SENNES, 2003) na América Latina levou os dois países a uma corrida pela obtenção de capacidades nucleares, tanto para fins pacíficos (energia), quanto para militares (bomba).

Não obstante, as desconfianças mútuas levaram as relações bilaterais a períodos de atração e retração, em que os governos se aproximavam ou se afastavam de acordo com a conjuntura. Ademais, a posse e o estabelecimento de capacidades tão sofisticadas (nucleares), até então vistas só em países de primeiro mundo, poderia pôr um fim à disputa político-hegemônica na região (MENDOZA, 2005). Neste contexto, esse capítulo analisará como

¹ Destruição Mútua Assegurada (do inglês MAD – Mutual assured destruction) é uma doutrina de estratégia militar a qual preconiza que o uso maciço de armas nucleares por um dos lados iria efetivamente resultar na destruição de ambos, atacante e defensor.

² Cuba não entra nessa relação pois, devido aos problemas estruturais, era só um receptor tecnológico da URSS, ao passo que Brasil e Argentina procuravam o desenvolvimento autônomo quando a ajuda externa era negada.

foram estabelecidas a nuclearização argentina e brasileira com a finalidade de demonstrar a importância da questão nuclear para o desenvolvimento, segurança e projeção de poder ambos os países.

2.1 A NUCLEARIZAÇÃO BRASILEIRA

A Política Externa Brasileira esteve, ao longo dos anos, intrinsecamente interligada a um projeto de desenvolvimento de energia atômica, visando inserir o Brasil em uma posição de destaque entre os poucos países detentores de tal capacidade. Nesse contexto, os primeiros contatos entre o Brasil e a energia atômica remontam ainda à época do Estado Novo, com Vargas desempenhando um processo gradual de barganha nacionalista (CERVO; BUENO, 2014), que encontrava nos Estados Unidos um potencial aliado ao processo desenvolvimentista do país – surgem, desta relação, os primeiros acordos de exportação de terras raras e areias monazíticas, em 1945. Porém, em 1947, já com Dutra no governo, proíbe-se a venda de minerais atômicos a outras nações, ante o interesse brasileiro de criação de um projeto nuclear próprio, com o envio de formulário para a criação de um projeto nuclear brasileiro à Comissão das Nações Unidas para Energia Nuclear (PATTI, 2014).

Com o retorno de Vargas ao poder, no início da década de 1950, a importância do setor nuclear ganha vida nova. Assim, em 1951, com o objetivo de desenvolver nacionalmente a energia nuclear e de fortalecer as bases do setor de pesquisa no Brasil, além de estabelecer o monopólio Estatal sobre a comercialização dos principais minérios atômicos dos quais o Brasil era rico, cria-se o Centro Nacional de Pesquisas – CNPq (PATTI, 2014; BRANDÃO, 2008). Nesse cenário, é estipulado que os acordos de venda de material só seriam feitos se houvesse fornecimento de informações técnicas e de material especializado para a energia nuclear – as conhecidas compensações específicas. Conforme Marques (1992):

[...] o CNPq baixou um elenco de normas a serem observadas nos acordos internacionais que o Brasil viesse a assinar no campo da energia, objetivando a preservação e o desenvolvimento da indústria nuclear brasileira, da mesma forma no que dizia respeito equipamentos e assistência técnica decorrentes das exportações brasileiras de monazita (MARQUES, 1992, p. 31).

Essas medidas foram tomadas para agradar as elites nacionalistas internas, desgostosas com o jogo pendular de Vargas, que ora agradava os interesses da esquerda, ora os da direita –

em uma espécie de “jogo de dois níveis” (PUTNAM, 1998). Contudo, com o hiato representado pelo governo de Café Filho, o Brasil voltara atrás em sua política de compensações específicas, firmando, a partir de 1955, acordos com os Estados Unidos que visavam suprir a necessidade interna de grãos, trocando a exportação de tório pela importação de trigo (BRANDÃO, 2008). Todos os acordos firmados tinham salvaguardas americanas no sentido de garantir a finalidade pacífica das pesquisas, dentro do programa “Átomos para a Paz”, desenvolvido pelo presidente Eisenhower, causando furor dos setores nacionalistas internos, descontentes com a falta de transferência de conhecimentos na área (CERVO; BUENO, 2014).

O alinhamento automático com os Estados Unidos é rompido novamente com o início do governo Kubitschek³, havendo o consequente cancelamento de todos os acordos vigentes a respeito da exportação de materiais atômicos – acordos estes claramente prejudiciais ao Brasil, dado que exportávamos esses materiais em troca de alimentos, como o trigo, ao invés de obtermos tecnologia ou *know-how* – e a criação de institutos governamentais (IEA, CNEN⁴, FURNAS, MME). Ainda, procurou-se diversificar os parceiros do Brasil no setor de cooperação nuclear, bem como criaram-se diretrizes para uma Política Nacional de Energia Nuclear. Tal política, como dita Lafer, fazia parte do Plano de Metas desenvolvido pelo presidente, uma vez que o setor energético configurava 43,4% do investimento inicialmente planejado:

energia nuclear: formação técnica de pessoal necessário à execução do programa nacional de energia nuclear; fabricação nacional de combustível nuclear [...], os objetivos da meta foram alcançados. Constitui-se e inaugurou-se o reator de pesquisas do Instituto de Energia Atômica na Cidade Universitária da USP (LAFER, 2002, p. 42-43).

Embalados pela Política Externa Independente, os governos Jânio Quadros e João Goulart seguiram bases nacionalistas de desenvolvimento, mas o período turbulento de crise político-econômica que culminaria com a tomada do poder pelos militares colocaria entraves significativos no desenvolvimento de um projeto nuclear brasileiro. Desse modo,

³ Ressalta-se, porém, que ainda no contexto do programa “Átomos para a Paz”, o Brasil foi beneficiado no período com o primeiro reator de pesquisas – outro reator seria construído, graças aos estudos do primeiro, no ano de 1962. Esse programa tinha o objetivo de compartilhar conhecimentos na área da tecnologia atômica, todavia, engendrava dependência externa do Brasil aos Estados Unidos, uma vez que minava as oportunidades de desenvolvimento nacional na área. Ademais, era oportuno por criar uma desova de materiais subocupados e por dar continuidade ao alinhamento norte-americano, uma vez que era o único país que teria condições de fornecer de maneira ininterrupta o urânio enriquecido (VISENTINI, 2011).

⁴ Dada a importância do setor, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) estava subordinada diretamente à Presidência da República.

seus governos, dadas suas limitações, trataram de firmar acordos de cooperação nuclear com diversos países como Paraguai (1961), França (1962), Estados Unidos (1962), República Federativa da Alemanha (1963) e, também em 1961, com o EURATOM, firmado com a comunidade europeia (AMADO, 2006).

Com o golpe de 1964, o projeto de desenvolvimento de tecnologia nuclear voltaria a ter importância crucial para o governo. Inicialmente, com Castelo Branco, todavia, pouco se avançou, dada sua opção de alinhamento – e dependência – com os Estados Unidos. A mudança de orientação na política externa brasileira seria dada pelo presidente Costa e Silva – optando por uma agenda multilateral. Assim, segundo a política externa do período, denominada “Diplomacia da Prosperidade”, entendia-se que o Brasil não poderia ter apenas um aliado forte ou um “amigo preferencial” para garantir o seu desenvolvimento, mas sim, conforme Martins (2014), todos os países passariam a ser vistos pelo Itamaraty com algum interesse, desde que apresentassem alguma vantagem real ou ao menos potencial para o estabelecimento de relações.

A década de 1970 traria para o Brasil e para muitas outras potências médias que ambicionavam um *status* hegemônico na região (SENNES, 2003) a oportunidade de consolidar, ao menos em parte, suas ambições nucleares. O contexto internacional seria o principal fator para essa mudança, pois a Guerra Fria entrava em seu período de *détente*, com o relaxamento dos constrangimentos político-ideológicos das duas superpotências mundiais devido ao enfraquecimento provocado pelos exorbitantes custos de competição, aliados ao aparecimento de potências emergentes que questionavam a ordem bipolar imposta (ESPÓSITO NETO, 2014). Internamente, o projeto “Brasil Grande Potência”, do presidente Médici, lançaria o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que tinha como finalidade o ingresso do Brasil no *ranking* dos países desenvolvidos até o final dos anos 1990 (BRASIL, 1970; BRASIL, 1971). Além disso, a diplomacia brasileira, a partir desse período, pôde atuar de maneira mais independente – e mesmo ousada – graças à situação econômica favorável (SOUTO, 2016), criando as bases institucionais que levariam ao firmamento do acordo nuclear com a República Federativa da Alemanha, em 1975.

A demanda brasileira por acesso a tecnologia nuclear foi ativamente defendida em fóruns internacionais durante o governo Geisel (1974 – 1979), principalmente face ao binômio “segurança e desenvolvimento”, que refletia a política governamental à época (PINHEIRO, 2013, p. 130). No mesmo sentido, Hirst: “[f]or the Geisel Government [...]

the nuclear project had become a high priority aimed at making possible a strategy that linked development, security and pragmatism”⁵ (HIRST, 2013, p. 56). O governo militar do Brasil pôs em prática uma clara política de segurança nacional, definindo como prioridade a apropriação de tecnologia que possibilitaria uma igualdade de forças no campo nuclear com a Argentina. A rivalidade entre ambos os países, no contexto sul-americano, causava temor nos setores militares dirigentes brasileiros quanto aos avanços argentinos no setor atômico – que, já 1968, haviam colocado seu primeiro reator em funcionamento (VISENTINI, 2011).

Em 1967, a diplomacia brasileira se engajou em uma opção multilateral: o governo brasileiro assinou o Tratado de Tlatelolco, que permitiria a explosão de artefatos nucleares para fins pacíficos, e rejeitou o Tratado de Não-Proliferação (TNP), pois este dificultaria o desenvolvimento de tecnologia nuclear autônoma. Na esteira desse processo, há a criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (em 1974 tornou-se a Nucleobrás) e em 1970 a Westinghouse seria encarregada dos projetos, com auxílio de outras empresas norte-americanas e de estatais brasileiras, da usina de Angra I (VISENTINI, 2011). Esse projeto criaria dependência brasileira ao urânio enriquecido fornecido pelos EUA, além de não haver cooperação técnica que implicasse na transferência plena de tecnologia e que pudesse auxiliar o Brasil a desenvolver seus próprios projetos (SOUZA, 2008).

Desse modo, em 1974, a vulnerabilidade brasileira no setor ficaria comprovada pela negativa da Comissão Energética dos EUA ao fornecer urânio enriquecido para Angra I, o que levaria o Brasil a cancelar o projeto com a Westinghouse e traria a Alemanha para a pauta de negociações. A opção alemã começa, então, a ganhar força por desvincular o caráter dependente-tecnológico que teria anteriormente com os americanos (BRASIL, 1977b; MEDEIROS, 2005; UNITED NATIONS, 2005; VISENTINI, 2011). Conforme se extrai da Resenha de Política Externa Brasileira, nº12:

além da escolha da tecnologia, outro fator que teve de ser considerado foi a vulnerabilidade do abastecimento do combustível necessário à execução do programa. A evolução histórica recente estava a demonstrar os perigos de uma substancial dependência de fontes externas para a satisfação das necessidades de insumos fundamentais para a economia. A fim de evitar o que ocorrera com o petróleo, era imperativo que, no caso da energia nuclear, a solução fosse suscetível de dar ao país, a médio prazo, a indispensável autonomia. Era preciso, pois, ao fazer a opção técnica, levar em conta a necessidade de assegurar a plena transferência para o Brasil das tecnologias envolvidas em cada uma das áreas do ciclo do combustível correspondente ao tipo de reator adotado. Em outras palavras, não era admissível substituir uma dependência por outra (BRASIL, 1977, p. 10-11).

⁵ “Para o Governo Geisel [...] o projeto nuclear havia se tornado uma alta prioridade visando tornar possível uma estratégia que combinasse desenvolvimento, segurança e pragmatismo” (HIRST, 2013, tradução nossa).

Com a mudança dos planos nucleares americanos, em 1974, a companhia elétrica nacional, Eletrobras, elabora o plano 90, estabelecendo a construção de 12 centrais nucleares até 1990, a fim de satisfazer as crescentes demandas energéticas do país, dado o crescimento econômico e industrial causado ainda no governo Médici, e face às possíveis incapacidades do setor hidrelétrico de suprir essa demanda no futuro. Conforme Patti:

Para administrar o futuro setor nuclear nacional, o governo criou uma empresa Estatal, a Nuclebrás, chefiada por Paulo Nogueira Batista, o diplomata que conduzira, desde o final dos anos 1960, as negociações sobre temas nucleares. Vista a indisponibilidade dos Estados Unidos para cooperar em matéria de transferência de tecnologias e suprimento de novas usinas nucleares, o Brasil, como revelado pela documentação disponível, após ter sondado diplomaticamente vários países industrializados, assinou um importante acordo de cooperação com a República Federativa da Alemanha (PATTI, 2013, p. 52).

Assim, em 27 de junho de 1975, conforme preconizado no próprio acordo firmado entre Brasil e República Federativa da Alemanha:

A decisão brasileira de realizar um importante programa nuclear de finalidades pacíficas fundamenta-se em avaliação cuidadosa das necessidades energéticas do país e das opções possíveis para satisfazê-las. (...) entre 1940 e 1973, o consumo de petróleo passou de 9% para 46% do balanço energético nacional, e o da hidrelétrica passou de 7% para, apenas, 21%. Do ângulo da dependência do suprimento externo, a análise revela, ademais, que, enquanto que no início daquele período, mais de 85% da energia produzida no país eram de origem doméstica, em 1973, 40% passaram a ser importados (BRASIL, 1977a, p. 7).

Na prática, o modelo de desenvolvimento econômico contido no programa nuclear não estimulou o desenvolvimento da tecnologia nacional. Por ter sido baseado numa associação íntima com capitais estrangeiros, seguindo o modelo de desenvolvimento dependente-associado, não estimulou o desenvolvimento da tecnologia nacional – optou-se por importar a tecnologia por se tratar da forma mais imediata. As empresas nacionais foram também afetadas pelas características do próprio processo de desenvolvimento do país, que se traduzem em dependência tecnológica, não só em termos de técnicas de produção, como também em especificações de consumo feitas sobre padrões vigentes em outros países (ROSA, 1991). Pode-se dizer, então, que o Acordo seguiu a lógica do desenvolvimento capitalista no Brasil – aquele no qual o processo de industrialização dá-se de forma retardatária – não podendo deixar de ser extensiva à industrialização na energia nuclear. Ou seja, o acordo, mesmo tentando acabar com a dependência ao mercado norte-americano, tornou-se dependente da Alemanha. Portanto, segundo os autores Luiz Pinguelli Rosa e Regina Pires:

(...) reproduzia-se na indústria nuclear o desequilíbrio da organização industrial tão combatido pelo II PND, segundo o qual torna-se impossível a construção da grande empresa nacional em posição competitiva sem a internalização da produção científica e tecnológica (ROSA; PIRES, 1984, p. 91).

Paralelamente à via civil, a esfera militar tratava de aperfeiçoar, em segredo, o desenvolvimento nuclear brasileiro já em fins da década de 1970. O Programa Nuclear Paralelo, como veio a ser chamado, centralizava seus esforços no domínio completo da tecnologia de enriquecimento de urânio, com o intuito de criar capacidades necessárias para a fabricação de uma bomba nuclear – o ultrassecreto Projeto Solimões (OLIVEIRA, 1998). Contudo, com o restabelecimento da democracia brasileira, alguns dos projetos secretos militares vieram à tona, e, com isso, o descobrimento de perfurações subterrâneas a serem usadas para testes de artefatos nucleares na Serra do Cachimbo (PA). Assim, em 1990, Fernando Collor de Mello, presidente à época, lacrou os poços e encerrou a especulação sobre um possível artefato verde-amarelo⁶ (SPEKTOR, 2012).

2.2 A NUCLEARIZAÇÃO ARGENTINA

A história da Argentina com a tecnologia nuclear remonta ao governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), que, com a ajuda do físico austríaco Ronald Richter, iniciou os estudos de fissão do átomo. Em 1950 construíram instalações de pesquisa na Ilha Huemul⁷, ao passo que a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) era criada com o intuito de promover a capacitação de pessoal técnico, bem como estudos sobre a energia nuclear e sobre o território argentino, onde almejavam encontrar (e encontraram) reservas de urânio e terras raras (DICCO, 2013). Já em 1956 a Argentina fez parte do grupo de países que criou a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, sigla em inglês), a qual queria explorar a ideia de que os países em desenvolvimento poderiam incorporar a produção e o uso da energia nuclear (MENDOZA, 2005).

Em meio à turbulência civil de meados da década de 1950 devido ao golpe militar que tirou Perón do governo em 1955, os governos que se seguiram tiveram dificuldades de integrar questões políticas sensíveis à população. Contudo, foi neste período e durante toda a década

⁶ Informações complementares em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos_do_jornalismo-04.shtml>

⁷ Disponível em: http://www.bariloche.gov.ar/upload/SECRETARIA%20DE%20TURISMO/365_Cronica%20Isla%20Huemul.pdf

de 1960 que a Argentina pode firmar inúmeros acordos de cooperação técnica sobre os usos pacíficos da energia nuclear⁸ ao passo que tornava, com o Decreto del Poder Ejecutivo Nacional Nº 1.647/63, os materiais nucleares questão de segurança nacional, garantindo a exclusividade de exportação à CNEA (ARGENTINA, 2017). Ademais, declarava, com o decreto Decreto del Poder Ejecutivo Nacional Nº 7006/60, de interesse nacional todas as atividades executadas pela CNEA, subordinando-a diretamente à Presidência da República (ARGENTINA, 2017).

Em 1958 a CNEA colhe os primeiros frutos de pesquisa e põe em funcionamento seu primeiro reator nuclear de pesquisa e investigação, o RA-1. Contudo, as ambições da CNEA alteram-se nos anos 1960 e dão início a projetos práticos para implementação de tecnologia nuclear na medicina e na agroindústria (ARGENTINA, 2017). Assim, ao longo dessa década, os argentinos deram um salto qualitativo em pesquisa e desenvolvimento nuclear, culminando nos estudos de instalação da primeira Central Nuclear da América Latina, a Atucha I⁹ e no acordo com o Organismo Internacional de Energia Atômica, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde para a criação de um Centro Regional de Dosimetria de Radiação (ARGENTINA, 2017). Essa usina teria como finalidade abastecer a região da Grande Buenos Aires, pois os estudos de médio e longo prazo apontavam que, devido ao processo de industrialização, as fontes convencionais de energia não conseguiriam suprir a necessidade demandada (ORNSTEIN, 2010).

Em 1972, um consórcio ítalo-canadense ficou responsável por construir uma segunda central nuclear no país, na região cordovesa de Embalse. A construção foi iniciada em 1974, entrando em funcionamento dez anos mais tarde. Simultaneamente, a CNEA intensificou seus esforços para controlar, com meios próprios, a totalidade do ciclo nuclear, desde a produção de combustível até o desenho e a construção de centrais atômicas (DICCO, 2013). Com a reinstalação de um governo militar no país, em 1976, e com o general Jorge Rafael Videla no poder, as forças armadas argentinas puderam consolidar o antigo interesse de criar bases para um complexo industrial militar. Assim, a política nuclear passou a ser considerada como da mais alta prioridade ao país: “o orçamento da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) atingiu níveis nunca vistos em toda sua história” (FÜLLGRAF, 1988, p. 127). Outrossim, o auge do PLAN foi o comprometimento de 50% do orçamento do país com a compra e a fabricação de materiais nucleares (FÜLLGRAF, 1988, p. 128).

⁸ Os principais acordos foram: Estados Unidos (1962, postergado em 1964 e em 1969), EURATOM (1962), França (1963), Itália (1965), Espanha (1966), Paraguai (1967), Colômbia (1967), Peru (1968), Uruguai (1968).

⁹ Construção realizada pela Kraftwerkunion (KWU), subsidiária da alemã Siemens.

A Argentina já havia posto em prática o Plano Nuclear Argentino (PLAN), de 1975-1985, com vistas de desenvolver, internamente, os potenciais humano e de matéria-prima necessários para a fabricação de reatores e para o domínio do ciclo de enriquecimento do urânio. Esse processo foi fundamental para, segundo Oliveira (1998), “projetar a hegemonia do país no plano regional e continental frente às pressões externas”. Contudo, com o Decreto n.º 302, de 29 de Janeiro de 1979, há a extensão do projeto. O PLAN, de 1976-2000, ratifica os objetivos do anterior e assume:

(1) Utilizar a energia nuclear em lugar de outras fontes sempre que convenha ao país; (2) conseguir o auto abastecimento integral; (3) desenvolver todas as formas de aproveitamento da tecnologia nuclear; (4) assegurar ao país a proteção da sua população e do meio ambiente de possíveis efeitos de ordem nuclear (ORNSTEIN, 2010).

Assim, o PLAN previa o estabelecimento de políticas e de objetivos para um programa independente que servisse aos interesses nacionais. Visto isso, os principais interesses eram (1) a autonomia na utilização de energia atômica e (2) a satisfação da demanda futura de energia elétrica que crescia a médias anuais de 8% a 9%. Para isso, diferentemente do ocorrido no Brasil, a Argentina tentou estimular o setor privado e engajar a indústria nacional a assumir parcela de investimento no setor, ao passo que realizava as operações estruturais necessárias para o estabelecimento do setor (ORNSTEIN, 2010).

No final da década de 1970, contudo, a Argentina passa por processo semelhante ao do Brasil, a saber: a negativa dos Estados Unidos em difundir tecnologia nuclear e a suspensão do fornecimento de urânio enriquecido. Enquanto o Brasil encontrava na Alemanha um parceiro estratégico para redirecionar seus projetos, a Argentina encontrou na União Soviética o parceiro ideal, já que a Alemanha ficou proibida de elaborar outros acordos que transferissem tecnologia (VISENTINI, 2011). A compra de urânio enriquecido foi garantida pela URSS, o que para Jorge Consentino, engenheiro diretor de Atucha, não se traduzia em uma intenção bélica: “[...] quedate tranquilo que no estamos haciendo la bomba” (SPEKTOR, 2012). Ao passo que, para Tavares (1983), o projeto de construção de uma bomba nuclear ficava mais palpável:

O plano nuclear argentino enveredou abertamente pelo caminho militar, em busca da bomba atômica. A corrida é apressada, quase com desespero (...). O projeto começou a ser desenvolvido secretamente a partir de 1978, quando os EUA decidiram suspender o fornecimento de urânio enriquecido à Argentina.” Assim: “O auxílio da União Soviética, nos últimos 18 meses, fez com que a Argentina agilizasse a obtenção da tecnologia complementar de enriquecimento do urânio (...),

os militares empobreceram o país e enriqueceram o urânio (TAVARES, 1983, p. 4¹⁰ *apud* OLIVEIRA, 1998).

Entretanto, em 1980, a Argentina, por meio do Decreto del Poder Ejecutivo Nacional N° 1.337/80, firmou novamente um acordo com a KWU alemã, para a compra de suprimentos e serviços destinados à construção de uma terceira central nuclear (ARGENTINA, 2017). Esse acordo foi possível pois não haveria a transferência de tecnologia, como houve no caso do acordo entre o Brasil e a RFA, somente auxílio técnico para a execução do projeto, já que a Argentina utilizaria de empresas locais para realizar a obra. Essa nova usina, que ficou conhecida como Atucha II, construída junto à primeira e com capacidade geradora de 700 MW, o dobro da potência de Atucha I, serviria para auxiliar a disposição de energia elétrica para a Grande Buenos Aires (ORNSTEIN, 2010). Todavia, a partir de 1982, o PLAN argentino começou a sofrer cortes e relativo descaso, devido, primeiramente, à crise econômica que o país passava e, como consequência, à queda da demanda energética pelo processo de industrialização. Além disso, a Argentina, ao longo da década de 1970 e 1980, encontrou reservas de gás natural que acabaram por diminuir a importância do setor, devido aos altos custos (DICCO, 2013).

Apesar da vasta capacidade desenvolvida no setor nuclear, o regime militar argentino estava enfrentando, à época, críticas em nível internacional, referentes tanto ao desenvolvimento nuclear como à violações de direitos humanos. Faz-se necessário lembrar que a Argentina não havia assinado o TNP, tampouco ratificado o Tratado de Tlatelolco. Entretanto, mesmo enfrentando fortes oposições de potências estrangeiras – principalmente dos Estados Unidos –, a Argentina manteve os objetivos de completar o desenvolvimento do ciclo de enriquecimento de urânio. Paradoxalmente, o programa nuclear argentino atingiu seu ápice em 1983, após ter passado por uma grave crise econômica – uma das mais severas até então – e após as Forças Armadas terem sido derrotadas na Guerra das Malvinas (1982). Nessa data, o então presidente da CNEA, Carlos Castro Madero, anunciou que a Argentina havia conseguido dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio. Os diplomatas norte-americanos ficaram exasperados com a notícia, principalmente pelo fato de isso ter sido logrado em um complexo de instalações secretas em Bariloche e em Pilcaniyeu (MENDOZA, 2005).

¹⁰ TAVARES, Flávio. “O segredo da bomba argentina”. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 4 dez. 1983, p.4.

3 RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA: DA RIVALIDADE À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O período de 1970 a 1991 marcou a evolução tanto qualitativa como quantitativa das relações entre Argentina e Brasil. A percepção dos dois países no cenário regional e internacional se alterou de tal forma que a busca pela preponderância na região, como adversários (MELLO, 1996), foi trocada pela parceria em prol de um projeto comum de integração regional. O desenvolvimento autônomo, almejado pelas duas grandes nações da América do Sul, foi impedido inúmeras vezes por constrangimentos de ordem internacional, como as crises do petróleo, o aumento das taxas de juros internacionais, o boicote da dívida externa, e as crises regionais; e de ordem interna, a exemplo das crises políticas, das mudanças de governo e da repressão política. Sendo assim, Argentina e Brasil buscaram estreitar os laços de modo a enfrentar, juntos, desafios em comum (SARAIVA, 2012).

Em meados dos anos 1980, período que coincide com a redemocratização nos dois países, as políticas de integração regional ganham força. Contudo, verificamos que o tortuoso processo político de aproximação remonta a tempos anteriores aos governos democráticos de Alfonsín e Sarney. Esse longo caminho percorrido entre as duas nações rompeu com as rivalidades e consagrou a cooperação internacional. As antigas relações de poder e as tentativas de alteração do *status quo* regional não pareciam mais cabíveis num cenário de globalização ascendente. Os projetos, antes invariavelmente políticos, passaram por uma nova reformulação, criando bases primordialmente econômicas (BANDEIRA, 2003). Desse modo, o paradigma de competição e de busca por uma hegemonia regional (BURGES, 2016), que por muito tempo marcou as relações hemisféricas de Brasil e Argentina acabou por ser suplantado por ideias de cooperação, que, ao final da década de 1980, passariam a ser de amizade e de parceria estratégica. Como aponta Saraiva (2012): “A rivalidade nesse período não deixou de existir, mas ficou notadamente em um segundo plano”.

3.1 AS DÉCADAS DE 1970 E 1980: DISTENSÕES E APROXIMAÇÃO

A aproximação dos dois países começa com o advento de um novo regime político na Argentina. O *Proceso de Reorganización Nacional*, o qual levou uma junta de comandantes a assumir o poder no país em 1976 e consagrou o General Rafael Videla como presidente,

estabeleceu três objetivos a serem cumpridos para solucionar os problemas do país: a superação da crise econômica, a retomada da ordem interna e a reinserção internacional (ROMERO, 1997). No que tange à reinserção internacional, a Argentina buscava o realinhamento aos Estados Unidos na contenção do comunismo e nas suas políticas pró-Occidentais. Entretanto, esses objetivos representavam uma via paradoxal de política, pois a forte repressão interna do regime era contrária às propostas de James Earl Carter (Jimmy Carter), que tomou posse nos Estados Unidos no mesmo ano, para as ditaduras latino-americanas.

Sob o mesmo viés, o Governo de Carter investiu contra os governos ditatoriais do Cone Sul com o estandarte dos “Direitos Humanos”, exercendo pressões econômicas e suspendendo ajuda militar com a intenção de diminuir a repressão interna dos regimes. Essa nova onda na política norte-americana surpreendeu os regimes ditatoriais “amigos”, que reagiram de maneira singular. Dando início a um processo de aproximação com os governos de seu entorno regional, o Brasil abandonou de vez a ideia de “fronteiras ideológicas” (BANDEIRA, 1989), e a Argentina, em clara postura de rivalidade com os Estados Unidos, aproximou-se da União Soviética.

O General Videla trabalhou na revisão da política externa também para o entorno regional do país, buscando o lugar de “respeito e dignidade” que a Argentina havia perdido, o que implicava em boas relações tanto com o Brasil quanto com os Estados Unidos. Embora a ascensão de Carter nos Estados Unidos tenha tensionado as relações no tema dos Direitos Humanos, na área econômica os dois países sinalizavam um alto grau de entendimento. As propostas de caráter liberal – ou neoliberal – aproximaram o diálogo entre os dois. No que tange ao Brasil, a prioridade dada nas relações com o país foi de vital importância no estabelecimento de novas e melhores relações. Videla mostrou simpatia ao governo brasileiro quando das resistências às pressões norte-americanas em relação ao Acordo Nuclear realizado com a República Federal da Alemanha, ao passo que tentava aumentar, todavia, a capacidade de negociação argentina sobre Itaipu utilizando-se de meios geopolíticos (VIDIGAL, 2007).

Sob essa perspectiva, mesmo que com a dissensão sobre Itaipu, os governos brasileiro e argentino seguiram em vias de entendimento em questões diplomáticas, econômicas e na área nuclear. O comércio bilateral entre as nações era o que despendia maior fluxo entre os países latino-americanos, com a Argentina representando um novo mercado para os produtos brasileiros enquanto o Brasil representava o segundo lugar entre os maiores importadores de produtos argentinos. Essa relevância econômica unia ambos países em foros internacionais,

defendendo interesses nas áreas comerciais e de desenvolvimento, na mesma medida em que convergiam em pontos como a não-proliferação-nuclear (CERVO, 2007).

O Brasil encontrava no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) a superação do discurso geopolítico com a adoção do “pragmatismo responsável”. Essa política, definida com a ajuda do chanceler Azeredo da Silveira, reorganizou a área da política exterior brasileira, que passou a ser norteada pelo realismo e pela defesa dos interesses nacionais, pois ajudavam a sustentar o desenvolvimento econômico do país. Nesse período, Geisel reorientou as bases do regime militar brasileiro e afirmou que os problemas com os Estados Unidos, oriundos do programa nuclear, e com a Argentina, pela questão de Itaipu, não impediriam a reaproximação com os governos da região, com os quais o Brasil possuía vínculos harmônicos (VISENTINI, 2011). Contudo, o Brasil não deveria se prostrar aos Estados Unidos, pois a crítica ao país norte-americano era fulcral para a execução de alguns interesses nacionais; ao passo que para os norte-americanos, os países latinos só serviam como um contendor comunista e nada interessava o seu desenvolvimento como nação (BANDEIRA, 1989).

Nesse aspecto, Bandeira (1998) aponta a inserção internacional brasileira – em consonância com a ideia representada pela diplomacia argentina sobre o Brasil – até meados dos anos 1970 como uma “rivalidade emergente”. Isto é: a projeção brasileira na região e a conseqüente emergência de uma rivalidade com os Estados Unidos¹¹ poderia abrir espaço para a Argentina consolidar sua presença regionalmente à medida que aproveitava a reação negativa dos vizinhos, e, é claro, dos Estados Unidos, para se firmar. Nesse sentido, o governo brasileiro reforçava a América Latina em sua estratégia de inserção internacional aliado à sustentação da opção de integração multilateral e bilateral intrazonal. Entretanto, havia dificuldades na relação com a Argentina, pois, como apontam Cervo e Bueno (2014): por vezes o país era visto como nova potência hegemônica, por vezes como executor de uma política sub-imperial a serviço dos Estados Unidos.

Sob essa perspectiva, as tensões entre os vizinhos aumentaram em decorrência de divergências quanto às regras de transporte terrestre no comércio bilateral. O ápice ocorreu quando, em 1977, o governo argentino mandou bloquear a passagem dos caminhões brasileiros que transportavam mercadorias para o Chile utilizando o túnel Cuevas-Caracoles, na Cordilheira dos Andes. Em resposta, o governo brasileiro barrou 80% da frota de caminhões argentinos nas fronteiras do país. Todavia, a nenhum governo interessava a evolução dessa

¹¹ Como dito anteriormente, era vital que o Brasil não tomasse posição acrítica em relação aos Estados Unidos para, assim, desenvolver certas políticas de interesse nacional.

situação, visto que ambos enfrentavam problemas mais densos interna e externamente. Segundo Bandeira (2003), não convinha à Argentina um embaraço nas relações com o Brasil, considerando que o desentendimento com o Chile tinha exacerbado as proporções, tomando perspectiva de um conflito armado pelo Canal de Beagle, e que os Estados Unidos reagira de maneira contrária à repressão política dos opositores do regime. No que tange ao Brasil, não interessava a extensão de um conflito com a Argentina já que as pressões americanas na área nuclear e de Direitos Humanos tomavam uma proporção desmedida.

Concatenado ao viés econômico, enquanto o Brasil saía do Milagre (1968-1973) e estabelecia o II PND como tentativa de propulsão do regime face às adversidades externas criadas pelo primeiro choque do petróleo em 1973 (SARAIVA, 2012), a Argentina mergulhava em uma situação de caos. Em 1976 o país apresentava médias anuais de inflação de 1000%, com déficits fiscais de 13% do PIB e com reservas internacionais beirando a zero. Ademais, buscava-se em uma solução neoliberal de limitação da presença do Estado, e em uma redução da capacidade industrial, o que, por consequência, enfraqueceria o movimento sindical, a solução para o reaquecimento econômico e a manutenção do regime (ROMERO, 2006). Nesse contexto de crise argentina, os militares acreditavam que o modelo de inserção internacional do país dos anos 1960 em diante, principalmente na segunda fase do peronismo, levava a Argentina a um isolamento internacional, e que esse ciclo precisava ser rompido. Consoante Saraiva (2012), nesta época o projeto Brasil-Potência Emergente foi corroído, forçando os governos seguintes a modificarem a estratégia do país frente às adversidades sistêmicas.

Posto isso, é mister a análise dos acordos de Corpus e Itaipu para entendermos um dos maiores passos na busca de diálogo entre os dois países e do que futuramente viriam a ser os acordos bilaterais de cooperação nuclear. As negociações sobre o uso do Rio Paraná como fonte de geração energética renderam mais de uma década de intenso debate, e mais intensa ainda foi a questão da importância da Bacia do Prata para a região (MELLO, 1996). Esse processo de longas negociações, de inúmeros acordos e visitas oficiais entre os países foi denominado por Mônica Hirst como “A diplomacia das Cachoeiras”. Salienta-se, contudo, a assinatura, em 1973, do acordo sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná celebrado entre Brasil e Paraguai, o qual previa a construção da hidrelétrica de Itaipu. Simultaneamente, o Brasil tentava isolar a Argentina diplomaticamente para acelerar o processo de construção (CANDEAS, 2017).

Nesse sentido, Perón investe contra o Paraguai na ideia de conseguir acordos bilaterais como fez o Brasil, firmando, também em 1973, com o então ditador Stroessner, o Tratado de Yaciretá, relançando os projetos de Corpus e Salto Grande (CANDEAS, 2017). Em 1976, Oscar Camilión foi nomeado para a embaixada argentina em Brasília com o objetivo de resolver os impasses entre os dois países, mais concernentes, ainda, sobre Itaipu. Consoante mensagem recebida pelas Forças Armadas argentinas: “Usted tiene total libertad de acción. Usted determinará la política a seguir en Brasil para que la Argentina consiga una solución razonable al problema” (CAMILION, 2000, p.190¹² *apud* CANDEAS, 2017).

Camilión ressaltou a importância político-econômica do projeto brasileiro:

Itaipú há adquirido en Brasil, sin duda, la categoría de símbolo político [...]. No cabe duda, tampoco, que la represa tiene un objetivo geopolítico y que todo lo a ella atinente corresponde a los más altos niveles que resuelven en torno de las materias de seguridad nacional. [...] Sin embargo, lo que cuenta más es el papel que le corresponde a Itaipú en el contexto de los programas energéticos brasileños (Ministério das Relações Exteriores, 1976¹³ *apud* VIDIGAL, 2007)¹⁴.

Entretanto, não deixou de lado a importância para seu país:

El Paraná aporta el 80% de las aguas potables argentinas; para nuestro país no es “un” río, sino “el” río; la construcción de Itaipú tiene elementos de indudable desafío planteados por el propio Brasil que todos los días proclama que construye la usina “mayor del mundo”, prácticamente en la frontera argentina, y no admite hablar de ella [...] (Ministério das Relações Exteriores, 1976¹⁵, *apud* VIDIGAL, 2007)¹⁶.

Dada a importância do tema para ambos países e visto que a Argentina, em matéria nuclear, era mais bem desenvolvida que o Brasil e que o governo brasileiro almejava o

¹² CAMILION, Oscar. Memórias políticas. De Frondizi a Menem (1856-1996). Buenos Aires, Planeta, 2000

¹³ Letra de Oscar Camilión para o Ministério das Relações Exteriores e Culto, Contra-Almirante Cesar A. Guzzetti, secreto, n.º 851, Brasília, 24/08/1976. AH/MREC, lata “Bolívia, 1975; Brasil, 1976”, pasta “Año 1976, correlativas, Brasil IV”.

¹⁴ “Itaipu adquiriu no Brasil, sem dúvida, a categoria de símbolo político [...]. Não há dúvida, também, de que a barragem tem um objetivo geopolítico e que tudo o que lhe diz respeito corresponde aos níveis mais altos em questões de segurança nacional. [...] No entanto, o que mais vale é o papel que corresponde a Itaipu no contexto dos programas energéticos brasileiros” (Ministério das Relações Exteriores, 1976¹³ *apud* VIDIGAL, 2007, tradução nossa).

¹⁵ Letra de Oscar Camilión para o Ministério das Relações Exteriores e Culto, Contra-Almirante Cesar A. Guzzetti, secreto, n.º 851, Brasília, 24/08/1976. AH/MREC, lata “Bolívia, 1975; Brasil, 1976”, pasta “Año 1976, correlativas, Brasil IV”.

¹⁶ “O Paraná contribui com 80% da água potável argentina; para o nosso país não é “um” rio, mas “o” rio; a construção de Itaipu tem elementos de incontestável desafio que o próprio Brasil propõe, que todos os dias proclama construir a “maior usina elétrica do mundo”, praticamente na fronteira argentina, e não admite falar sobre isso [...]” (Ministério das Relações Foreign, 1976¹⁴, *apud* VIDIGAL, 2007, tradução nossa).

desenvolvimento próprio de tais tecnologias, Camilión tentou executar um processo de barganha que envolvia, ao mesmo tempo, uma cessão brasileira pela questão de Itaipu em troca de auxílio no desenvolvimento nuclear. Como explana:

A la hora de considerar la conveniencia de una cooperación atómica intensa con Brasil, la situación de Itaipú es un dato bien relevante. En efecto, en virtud de la clara superioridad argentina en materia nuclear, una colaboración estrecha entre ambos países debería ser más atractiva, en principio, para Brasil que para la Argentina. Inversamente, en el asunto Itaipú, quien puede hacer las concesiones de más interés para la otra parte es Brasil. Dicho de otro modo, en el juego de la relación bilateral Itaipú sería una carta de Brasil, en tanto que la posibilidad de una colaboración en el ámbito nuclear sería una carta argentina. Por otro lado, tanto una como otra carta serían trascendentales para la otra parte – Itaipú para la Argentina, la cooperación nuclear para Brasil. Lo que abriría la posibilidad de que ambos países se hicieran prestaciones recíprocas razonablemente compensatorias (Ministério das Relações Exteriores, 1976¹⁷, *apud* VIDIGAL, 2007)¹⁸.

Essa tentativa de barganha vai ao encontro do que Spektor (2012) coloca em seu livro sobre o período histórico destacado, a saber:

Durante nossa pesquisa em arquivos, descobrimos que, ao longo de doze anos, entre 1967 e 1979, houve quatro tentativas frustradas de acordo bilateral em matéria nuclear. O Brasil apresentou propostas em 1967, 1972 e 1979, ao passo que a Argentina o fez em 1974 (Livreto COH 2012). Essa é uma dimensão da história até agora desconhecida pela literatura especializada [...] (SPEKTOR, 2012).

Vemos, porém, que não foi adiante a proposta de barganha, e que a questão central de Itaipu girava em torno da balança de poder no Prata (MELLO, 1996). Esta penderia para o lado brasileiro com a construção da represa sem participação argentina. Como aponta Candeas (2017), havia também um detalhe técnico:

todo o debate girava em torno de uma equação simples: a energia gerada resulta da altura da queda combinada com o volume de água. Quanto maior o nível de Corpus (120m ou 105m), menor a queda d'água em Itaipu, e portanto menor geração de energia. Outros elementos eram a quantidade de turbinas (18 ou 20) e a modificação da ciclagem do Paraguai (CANDEAS, 2017).

¹⁷ Letra de Oscar Camilión para o Ministério das Relações Exteriores e Culto, Brasília, n.º 1158, 17/11/1976. AH/MREC, lata Bolívia, 1975; Brasil, 1976; pasta “Año 1976, correlativas, Brasil IV”.

¹⁸ “Ao considerar a conveniência de intensa cooperação atômica com o Brasil, a situação de Itaipu é um fato muito relevante. De fato, em virtude da clara superioridade da Argentina em questões nucleares, uma cooperação estreita entre os dois países deveria ser mais atrativa, em princípio, para o Brasil do que para a Argentina. Por outro lado, no caso Itaipu, o Brasil pode fazer as concessões mais interessantes para a outra parte. Em outras palavras, no jogo das relações bilaterais, Itaipu seria uma carta do Brasil, enquanto a possibilidade de uma colaboração no campo nuclear seria uma carta argentina. Por outro lado, tanto uma carta como a outra seriam transcendentais para a outra parte - Itaipu para a Argentina, a cooperação nuclear para o Brasil. Isso abriria a possibilidade de que ambos os países fariam benefícios recíprocos que sejam razoavelmente compensatórios” (Ministério das Relações Exteriores, 197615, *apud* VIDIGAL, 2007, tradução nossa).

De fato, a energia era vital para a continuação do processo de industrialização brasileiro, como visto anteriormente, e essa questão técnica poderia acarretar em prejuízo para a geração energética do país se a Argentina ganhasse o caso. Contudo, quando o general Figueiredo toma posse, em março de 1979, ele afirma que uma questão técnica não poderia pôr em risco a amizade entre os dois países (CANDEAS, 2017). Assim, tentando reequilibrar as relações entre ambas nações, inserido em um projeto de reaproximação com a América do Sul numa reorientação terceiro-mundista, a aproximação com a Argentina era fundamental. Desse modo, poucos meses depois, em outubro de 1979, a Argentina cede nas questões técnicas brasileiras para ganhar um lugar no acordo, e os chanceleres dos três países celebram o acordo Tripartite de Itaipu e Corpus (SARAIVA, 2012). Esse acordo delimita um dos primeiros passos em um esquema de construção de confiança mútua que percorrerá os anos 1980.

Como gesto simbólico da recente aproximação por meio do Acordo Tripartite, em 1980, o presidente Figueiredo faz uma visita oficial ao Paraguai, a primeira visita de um presidente brasileiro desde a ida de Getúlio Vargas ao país, em 1935, e recebe as chaves simbólicas de Assunção (BRASIL, 1980a). Nas palavras do presidente:

A história de nossos países tem comprovado nossa capacidade de enfrentar toda a sorte de vicissitudes e invariavelmente vencê-las. Temos sabido dar demonstrações sobejas de como superar momentâneas diferenças de interesse. Temos, sobre tudo, sabido transformar em fatores de aproximação e harmonia o que poderia ser, para povos sem grandeza, obstáculos intransponíveis (BRASIL, 1980a, p.5).

No mesmo ano, durante a visita do presidente Videla ao Brasil, são assinados inúmeros acordos de ordem econômica, geográfica e política¹⁹, e, também, os primeiros entendimentos de um acordo bilateral em matéria nuclear. Os presidentes da CNEN, Hervásio Guimarães de Carvalho, e da CNEA, Carlos Castro Madero, firmam protocolos de execução para a cooperação técnica e humana no setor nuclear (BRASIL, 1980d, p 149). Conforme o acordo:

CONSIDERANDO: o interesse de ambas as instituições em concretizar uma cooperação integrada para a formação de recursos humanos capacitados como meio de alcançar os objetivos de auto-suficiência no desenvolvimento da energia nuclear com fins pacíficos [...] (BRASIL, 1980d, p 149).

¹⁹ Foi durante esses encontros que houve a elaboração da ideia de ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), visando a substituição da fragilizada ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com o objetivo de ampliar os termos de cooperação entre os países da região (BRASIL, 1980d, p. 133)

Outro fator importante na aproximação argentino-brasileira no período foi a Guerra das Malvinas em 1982, pois ficaram concretas as percepções que o governo brasileiro tinha em relação ao país vizinho, bem como avultaram-se as ideias argentinas em relação ao Brasil como aliado e não mais como rival (SPEKTOR, 2012). Em 1980 e 1981, antes do início do conflito, o governo brasileiro torna clara seu apoio à Argentina (BRASIL, 1980c, p.54; BRASIL,1981, p.23):

ao analisarem a questão das Ilhas Malvinas, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil expressou o apoio de seu Governo à República Argentina, reiterando sua confiança de que as negociações em curso conduzam, dentro da possível brevidade, a resultados satisfatórios (BRASIL, 1980c, p. 54).

Desde a década de 1960 a Argentina buscou junto à ONU uma solução pacífica e diplomática que resolvesse o impasse sobre a quem pertencia a ilha que havia sido invadida em 1833 pelo Império Inglês. Como não obteve resultados, em 1982, o ultranacionalismo militar argentino resolveu ocupar de surpresa o território, na tentativa de forçar o diálogo e a negociação com a Grã-Bretanha (ROMERO, 1997). Os Estados Unidos, inicialmente, tentaram mediar o conflito, requerendo que a Argentina abandonasse o território a fim de retomar o diálogo com os ingleses. Com a negativa dos militares argentinos, os americanos trocam de lado e dão suporte à Grã-Bretanha no conflito (ROMERO, 1997). As nações da América do Sul sinalizaram apoio e solidariedade aos argentinos, a exceção do Chile – tradicional aliado norte-americano. O Brasil, aliás, chegou a vender armas à Argentina para ajudar no conflito (ESPÓSITO NETO, 2016).

Em nota, o embaixador da Argentina no Brasil, Hugo Caminos, aponta que a relação do Brasil frente às Malvinas provou-se um exemplo de lealdade a seu país:

The relationship between Brazil and Argentina is outstanding. He considers the Falklands episode “an example of understanding and loyalty” with respect to the Brazilian position, “the Falklands episode shook Latin America, showing a reality that our countries were reluctant to accept. Brazil’s position, in which since 1833 supports the claims of Argentina, was an example of understanding and loyalty. In his speech last September 27, before the General Assembly of the United Nations, where I had the honor of being present, President Figueiredo stated that position in words that are etched in the hearts of Argentines. [He] reaffirmed the conviction that our countries should deepen their ties of cooperation and friendship for the

good of their peoples and for that same spirit extends to the entire Latin American community (ARGENTINA, 1983)²⁰.

Todavia, a Grã-Bretanha respondeu à Argentina com fortes ataques, que, com soldados mal preparados e capacidades escassas, foi obrigada a se render dois meses depois. A derrota da Guerra das Malvinas representou a ruína dos militares. Assim, um ano mais tarde, em 1983, Raúl Afonsín assume a presidência do país, dando voz, novamente, à democracia (ROMERO, 1997). Enquanto isso, no Brasil, a abertura “Lenta, Gradual e Segura” iniciada por Geisel e que perpassou o governo de Figueiredo, levaria, com a morte de Tancredo Neves, Sarney à Presidência da República em 1985 (SKIDMORE, 1998).

Dessa forma, a nova era democrática nos dois países trouxe, com ela, a aproximação e o entendimento em inúmeras matérias, sobretudo a nuclear. Ambos países romperam de vez as desconfianças e firmaram importantes acordos, convênios e tratados²¹ até o fim da década. Ressalta-se, em 1985, a declaração presidencial conjunta, nas palavras de Sarney:

Ao mesmo tempo que dinamizamos as áreas tradicionais, decidimos dar, em nossa cooperação, atenção prioritária à [...] tecnologia do átomo, demonstramos nossa capacidade de, sem desconfianças, preconceitos ou rivalidades colocar a energia nuclear ao serviço exclusivamente pacífica do desenvolvimento dos nossos povos, através de projetos conjuntos (BRASIL, 1985).

Sarney ressaltou, em discurso, que a decisão de ambos presidentes em estabelecer acordos de cooperação na área nuclear colocou um fim na especulação sobre uma corrida nuclear na América Latina:

Por decisão minha e do Presidente Raúl Alfonsín, o Brasil e a Argentina estabeleceram acordos de cooperação nuclear que afastaram qualquer especulação sobre uma possível corrida nuclear no continente. Desarmamos qualquer ameaça nuclear na América Latina [...]. Superamos competições acumuladas no tempo, criamos um clima de confiança exemplar, reunimos nossas energias para conjugar inteligências e dominar tecnologia de ponta para fins pacíficos e para o bem-estar de nossos povos. As gerações do futuro saberão avaliar estes passos (BRASIL, 1988b).

²⁰ “A relação entre Brasil e Argentina é excelente. Ele considera o episódio das Malvinas “um exemplo de compreensão e lealdade” em relação à posição brasileira, “o episódio das Malvinas estremeceu a América Latina, mostrando uma realidade que nossos países estavam relutantes em aceitar. A posição do Brasil, a qual, desde 1833, apoia as reivindicações da Argentina, foi um exemplo de compreensão e lealdade. Em seu discurso de 27 de setembro passado, antes da Assembléia Geral das Nações Unidas, onde tive a honra de estar presente, o Presidente Figueiredo declarou essa posição em palavras gravadas nos corações dos argentinos. [Ele] reafirmou a convicção de que nossos países devem aprofundar seus laços de cooperação e amizade para o bem de seus povos e para que esse mesmo espírito se estende a toda a comunidade latino-americana” (ARGENTINA, 1983, tradução nossa).

²¹ Em 1986: Protocolo nº 11 sobre a informação imediata e assistência recíproca em caso de acidentes nucleares e emergências radiológicas; Protocolo nº 17 sobre a cooperação nuclear. Em 1987: Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Em 1988: Declaração de Iperó e de Ezeiza sobre Política Nuclear (ARGENTINA, 2017; BRASIL, 1988b; ABACC, 2017)

Nesse contexto, insere-se a fala do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Abreu Sodré, à Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil, em 1988:

[...] ressalto a importância da cooperação que o Brasil tem procurado desenvolver com a Argentina, o que, além de aprofundar a confiança recíproca, trará a possibilidade de otimizar a complementaridade tecnológica. Como parte dessa efetiva política de intercâmbio e prova de nossa transparência na matéria. abrimos as portas de nossas instalações nucleares ao Presidente Raúl Alfonsín, bem como pode o Presidente José Sarney ser recebido na usina de enriquecimento de urânio de Pikaniyeu (BRASIL, 1988c).

Destarte, assim se encerram os primeiros avanços bilaterais na busca pelo entendimento mútuo, com o fim das rivalidades que levou, por décadas, ao questionamento da inserção regional e do medo de conflito. Esses acordos firmados na nova era democrática em ambas nações vão repercutir na união e no estabelecimento de uma Agência Regulatória de âmbito bilateral, a ABACC, e na transparência completa do setor nuclear entre os vizinhos. Outrossim, a caminhada nos anos 1990 marcará, de vez, o fim dos conflitos e o início de uma cooperação internacional duradoura e estável.

3.2 DÉCADA DE 1990: FIM DAS RIVALIDADES E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O início dos anos 1990 trazem consigo os novos presidentes eleitos democraticamente, Fernando Collor de Mello, no Brasil, e Carlos Menem, na Argentina (eleito em 1989). Logo no início do mandato, em julho de 1990, Menem faz um convite a Collor para visitar Buenos Aires, e os dois assinam um comunicado conjunto de reafirmação do entendimento entre as duas nações²². Meses mais tarde, em novembro do mesmo ano, Collor e Menem sinalizam que seus novos governos continuarão o caminho de entendimento até então percorrido, reiterando os protocolos firmados, com uma declaração presidencial conjunta, em que expressam o engajamento em uma política nuclear comum (ABACC, 1990a).

Nesta declaração conjunta, os dois países delimitam, ainda, a criação de um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) a ser aplicado “em todas as atividades nucleares de ambos os países” (ABACC, 1990b) – essa era uma demanda antiga da Argentina, já proposta

²² Informações complementares em: https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires_PT.pdf

nos acordos de 1985, que pode ser vista em documento oficial secreto desclassificado²³. Esse sistema seria utilizado para unificar o controle de toda a área nuclear de Argentina e Brasil, de modo a dar transparência aos processos e facilitar a posterior submissão das salvaguardas à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Desta forma, lançaram-se as bases para a criação da ABACC, que ocorreria no ano seguinte.

Em julho de 1991, foi estabelecido um novo acordo bilateral (Acordo de Guadalajara) para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, na cidade de Guadalajara. Neste acordo, houve a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), com vistas a aplicar e melhor administrar o SCCC. Em dezembro do mesmo ano, foi firmado um acordo quadripartite, entre a ABACC, os governos de Argentina e Brasil e a AIEA. Esse acordo tinha como propósito a consolidação do sistema de salvaguardas em vigor nos dois países. Nessa ocasião, o presidente brasileiro discursou em tom solene sobre a importância de tal acordo para as relações internacionais e como esse acordo deveria ser usado de espelho para um processo de desarmamento mundial (BRASIL, 1991b; ARGENTINA, 2017). Nas palavras do presidente:

Hoje, Brasil e Argentina escrevem mais uma página da história não só de suas fraternas e promissoras relações bilaterais, mas também das relações entre todos os países determinados a viverem em prosperidade e paz. Na cerimônia de hoje, Brasil e Argentina dão impulso novo ao processo de desarmamento mundial, base imprescindível para a construção de um sistema estável e sólido de manutenção da paz e da segurança internacionais. A paz é um processo dinâmico de promoção de harmonia entre as nações, de fortalecimento da confiança recíproca e do entendimento, que há de nascer de uma visão compartilhada de equidade e justiça nas relações internacionais. A iniciativa brasileiro-argentina contribui para o avanço e aperfeiçoamento desse processo (BRASIL, 1991b, p. 185-186).

De forma a estender os acordos firmados entre Brasil e Argentina aos demais países do continente, é firmado o Compromisso de Mendoza, com o Chile. Esse compromisso firmava uma declaração tripartite no intuito de proibir completamente armas químicas e biológicas na região. Como salienta, na cerimônia de assinatura da declaração, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek:

A segunda dimensão a ser sublinhada é a de que, à base da “Declaração” hoje firmada, Argentina, Chile e Brasil colocam a América Latina, mais uma vez, na vanguarda dos esforços internacionais em prol de um mundo pacífico e desarmado. Com o Tratado de Tlatelolco, fomos a primeira região a proscrever os armamentos nucleares. Agora, nossos três países consignam em documento comum sua abdição

²³ Informações complementares em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/117521>

às armas químicas e biológicas. Trata-se de ato espontâneo de autolimitação, que se antecipa à conclusão da Convenção sobre armas químicas ora em negociação na Conferência de Desarmamento (BRASIL, 1991a, p. 115).

Esses inúmeros tratados, acordos, visitas presidenciais e memorandos acabaram por tornar propícias as condições de entendimento que anteriormente eram dúbias. Argentina e Brasil romperam relações de plausível potencial belicoso e trabalharam juntos para criar uma zona de paz no Cone Sul, ao mesmo tempo em que tentavam influenciar outros países vizinhos a seguirem sua liderança (ONUKI, 2006). A balança de poder regional que antes oscilava entre os dois países é forçada à estagnação – ao menos momentaneamente – quando da aproximação, de fato, das potências da América do Sul (MELLO, 1996). Dessa forma, em 1991, na tentativa de agregar poder e força a sua causa integracionista, Argentina e Brasil, celebram, pelo Tratado de Assunção, juntamente com Paraguai e Uruguai, a criação do Mercado Comum do Sul – Mercosul (BRASIL, 1991a, p. 31).

Na sequência, em 1993, a ABACC firma acordo de cooperação com o Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL) com vistas a estender o acordo entre Brasil e Argentina sobre os usos pacíficos da energia nuclear²⁴. Em 1994, por sua vez, a ABACC firma acordo de pesquisa, desenvolvimento, testes e avaliação de tecnologia, equipamento e procedimentos, visando melhorar o controle de material nuclear, com o Departamento de Energia dos Estados Unidos (USDOE, na sigla em inglês)²⁵. Ademais, em 1998 é firmado o acordo de cooperação entre a ABACC e a AIEA²⁶ e em 1999 é a vez da EURATOM firmar acordo com a ABACC²⁷, a fim de estimular a cooperação em pesquisa e desenvolvimento no campo da energia nuclear entre ambos.

Outrossim, podemos perceber que o fim das rivalidades entre os dois países se concretizou por um longo processo de entendimento mútuo, iniciado nos anos 1980, em que cada país deixou um pouco de lado suas ambições regionais de potência média (SENNES, 2003) para consolidar uma parceria estratégica que suprisse as demandas, principalmente de ordem econômica e energético-nuclear, negadas pelas potências centrais. Assim, os anos

²⁴ Informações complementares em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-a-ABACC-e-o-OPANAL-portugu%C3%AAs-assinado.pdf>

²⁵ Informações complementares em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-USDOE-e-ABACC-ingl%C3%AAs-assinado.pdf>

²⁶ Informações complementares em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/1998-Acordo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-a-ABACC-e-a-AIEA-espanhol-assinado.pdf>

²⁷ Informações complementares em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-ABACC-EURATOM.pdf>

1990 marcam, definitivamente, o fim das rivalidades históricas e do medo da invasão de um pelo outro. Ademais, há a consolidação do processo de integração e cooperação internacional, marcados tanto pela criação da ABACC, na esfera nuclear, quanto do Mercosul, na esfera econômica.

4 A CONJUNTURA NEOLIBERAL A PARTIR DOS ANOS 1990 E O MOVIMENTO ANTINUCLEAR

Os anos 1990 trouxeram consigo o neoliberalismo aos países latino-americanos, o que causou a mudança de políticas internas que alteraram a maneira de pensar a política externa. Além disso, enquanto a União Soviética se dissolvia, o bloco ocidental se preocupava na manutenção do *status quo* às bases estadunidenses e trabalhava no sentido de deter um avanço dos arsenais atômicos, enquanto importantes países realizavam explosões e testes nucleares. Nesse sentido, a pressão ocidental e, principalmente, norte-americana para com os países que ainda não haviam aderido ao TNP crescia de maneira ascendente.

Portanto, para entender a importância do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e do Tratado para Proscrição de armas nucleares na América Latina (Tlatelolco) para a questão nuclear de cooperação e conflitos entre Brasil e Argentina, faz-se necessário analisar o contexto de surgimento de ambos tratados. Posteriormente, veremos o porquê da negativa de um tratado e a opção pela aderência ao outro, bem como os questionamentos – permanentes até os dias de hoje – que fundamentarão essa decisão. Ademais, busca-se traçar um desenvolvimento panorâmico das opções que o Sistema Internacional delegou aos Estados nuclearizados, que findou na decisão de Brasil e Argentina em aderir plenamente a ambas opções multilaterais.

4.1 O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES FRENTE AO TRATADO DE TLATELOLCO

O contexto de surgimento do TNP remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), quando o ataque nuclear norte-americano às cidades de Hiroshima e Nagasaki surpreendeu o mundo pela sua força e capacidade de destruição. Ao final do conflito, iniciou-se uma corrida armamentista nuclear, primeiramente capitaneada pelos Estados Unidos e pela União Soviética, mas que depois ganhou a aderência de outros países industrializados. Sob esse viés, Le Guelte (2005) aponta a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, como um marco importante no consenso entre as duas superpotências (EUA e URSS), de que caso outra potência nuclear entrasse em conflito com eles, o equilíbrio bipolar vigente poderia ser abalado de tal maneira que a diplomacia não seria suficiente para controlar uma crise nuclear. Dessa forma,

a princípio, o objetivo da construção de um organismo multilateral de não-proliferação de armas nucleares – que tem seu cerne no TNP – era a manutenção do controle que Washington e Moscou tinham sobre os países em sua órbita de influência (LE GUELTE, 2005).

De maneira análoga, Pecequillo (2005) atribui ao contexto da Guerra Fria um fator essencial para a compreensão da estratégia utilizada pelos Estados Unidos e pela União Soviética para a criação do TNP. Consoante a autora, os primeiros passos rumo à institucionalização do TNP situam-se no período da “coexistência competitiva”, em que ambas superpotências visavam objetivos similares para a manutenção da posição frente às ameaças externas. Assim, a caracterização desse período se dá pela percepção que a autopreservação de ambos Estados era preferível a possíveis diferenças ou cisões políticas.

Mesmo que uma corrida nuclear entre Washington e Moscou tenha sido impossível de evitar, Sheniman (1987) argumenta que se fazia necessária a criação de um órgão ou programa multilateral que estabelecesse salvaguardas nucleares. Assim, em 1957 é criada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Com bases autônomas no seio da ONU, a agência fundamentava-se em três pilares: “verificação e seguridade nuclear, segurança e transferência tecnológica” (FISCHER, 1997). A agência teria dois objetivos centrais, conforme o segundo artigo de seu estatuto:

The Agency shall seek to accelerate and enlarge the contribution of atomic energy to peace, health and prosperity throughout the world. It shall ensure, so far as it is able, that assistance provided by it or at its request or under its supervision or control is not used in such a way as to further any military purpose (AIEA, 1956)^{28, 29}

Havia um receio internacional ligado a não-proliferação, principalmente depois que a França realizou suas primeiras explosões nucleares, em 1960, seguida pela China, em 1964. Temia-se que outros Estados conseguissem fabricar armas nucleares, dado que vários mantinham pesquisas atômicas independentes – e, em alguns casos, recebiam ajuda externa –, como Índia, Itália, Alemanha, Israel, Japão e Suécia. Nesse meio tempo, Argentina e Brasil ainda estavam longes de um desenvolvimento unilateral de uma bomba nuclear, mas progrediam, de maneira acelerada, com seus projetos. Nesse sentido, dado o primeiro passo na busca do estabelecimento multilateral sobre os usos da energia nuclear, anos mais

²⁸ Para consultar o texto completo do Estatuto: <https://www.iaea.org/sites/default/files/statute.pdf>

²⁹ “A Agência procurará acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade em todo o mundo. Deve garantir, na medida do possível, que a assistência prestada por isso, ou a seu pedido, ou sob sua supervisão ou controle, não seja utilizada de forma a promover qualquer propósito militar” (AIEA, 1956, tradução nossa).

tarde, em 1968, pela iniciativa dos Estados Unidos, da União Soviética e do Reino Unido, o elemento institucional cerne para um regime de não-propagação nuclear foi estabelecido, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) (SHENIMAN, 1987).

Conforme a AIEA, os objetivos basilares do TNP são: a prevenção da difusão de armas de tecnologia bélica de caráter nuclear; a promoção da cooperação e do uso pacífico da energia nuclear; a contribuição no sentido de um caminho de desarmamento em geral (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1968). Nesse sentido, algumas cláusulas operacionais do tratado (são um total de onze) merecem destaque: artigo I, refere-se a não distribuição de armamento e tecnologia bélica nuclear; artigo II, trata da interdição do recebimento de tecnologias para fins bélicos em território dos países signatários; artigo IV, diz respeito às pesquisas para fins pacíficos; artigo VI, garante um esforço multilateral na busca do desarmamento; artigo X, menciona a possibilidade de abandonar o acordo e estabelece que vinte e cinco anos após a entrada em vigor do referido tratado, seria necessário a realização de uma reunião dos signatários para decidir se o TNP seguiria vigente (ONU, 1968).

É evidente que o interesse norte-americano e soviético em celebrar tal tratado tem como protagonismo a agenda de não-proliferação da tecnologia atômica militar, ainda que o mesmo trate de uma questão sensível na busca de poder da época: o interesse tecnológico em desenvolvimento pacífico de meios nucleares. Dessa forma, com as restrições de propriedade de armamento nuclear às potências que haviam realizado testes com explosões atômicas até o ano de 1967 (cinco no total), uma das finalidades do TNP acaba por se tornar uma espécie de institucionalização da não-proliferação de tecnologia nuclear para fins militares. Assim sendo, o TNP estabelece duas categorias de países, a saber: os nucleares (Estados Unidos, URSS, Reino Unido, França e China) e o restante dos países como não-nucleares (BATISTA, 2011). Consoante o Artigo IX: “Para fins deste Tratado, um Estado nuclearmente armado é aquele que tiver fabricado ou explodido uma arma nuclear ou outro artefato explosivo nuclear antes de 1º de janeiro de 1967” (ONU, 1968).

O propósito do TNP, na visão de Wrobel (1993b), estaria centrado na limitação da capacidade bélica dos países industrializados à época, como Alemanha e Japão – perdedores da guerra e que receberam ajuda do Plano Marshall para se reerguerem. Assim, ao passo que essas nações industrializadas – e ainda não nucleares – aceitassem as regras do jogo, a dissuasão dos países ainda em desenvolvimento seria buscada, com o objetivo de desincentivá-los na

busca da capacitação atômica como forma de compensação de sua árdua inserção externa. Além disso, a postergação do desarmamento e do acesso às tecnologias pacíficas sobre o uso da energia nuclear em detrimento da importância dada ao tema da não-proliferação surge como uma das principais críticas ao tratado.

Concatenado às críticas, centrando-se no texto do tratado, observamos, ainda, que existe uma grande assimetria entre as premissas dadas aos Estados nucleares e aos não-nucleares. O teor é vago quando se toma por base os Estados nucleares, pois há somente a necessidade do estabelecimento de negociações que visem ao fim da corrida armamentista vigente. Assim sendo, segundo o próprio texto do tratado, podemos auferir que o único regimento legal vinculante para esses Estados é a proibição da transferência de armas atômicas, ou o auxílio na fabricação, transferência e controle para membros não nucleares. Paradoxalmente, essa regra não se aplica aos Estados nuclearizados, tornando possível uma relação de troca ou transferência, estabelecendo, dessa maneira, a chamada proliferação vertical (ONU, 1968).

Sob essa perspectiva, as regras que se referem aos Estados não-nucleares são demasiadas específicas e restritivas. Segundo o tratado, esses países têm de se comprometer a não obter, de qualquer maneira que seja, tecnologia atômica de uso militar, além de serem obrigados a submeter-se às salvaguardas da AIEA, sujeitando todo o seu material e todas as suas atividades nucleares às inspeções da referida agência. Ainda, a partir do momento de ratificação do TNP, os países se comprometem a não fornecer equipamentos ou insumos para qualquer Estado não-nuclear, mesmo que não seja membro do TNP, que não for condicionado às salvaguardas da agência (ONU, 1968). Sobre esse ponto, Zajec (2010) escreve:

Para que as concessões livremente consentidas pelos não-detentores fossem compensadas, seria necessário que os detentores reduzissem – progressivamente, mas de maneira geral – seus arsenais, divulgassem sua tecnologia nuclear civil e adotassem doutrinas de empregos muito restritivas, de modo que os não-detentores não se sentissem ameaçados. Nenhum destes três pontos jamais satisfaz os Estados não-detentores, mas, apesar dos numerosos debates, o TNP conseguiu forjar uma legitimidade.

Essa dicotomia entre Estados nucleares e não-nucleares foi um dos principais motivos pelos quais Argentina e Brasil negaram a aderência ao tratado. Nas concepções de uma Potência Média em ascensão (SENNES, 2003), em que a questão do domínio nuclear era essencial para projetar seu poder regionalmente e fazer-se visto na esfera internacional, não cabia ao Brasil um futuro que não fosse promissor no desenvolvimento nuclear autônomo do país. Na mesma medida, a Argentina, mais desenvolvida e independente nessa matéria, não

buscaria um caminho que se desvencilhasse de seus objetivos de superar o Brasil e tomar seu posto como privilegiado sul-americano. Assim, a busca por uma alternativa ao TNP encontrou em Tlatelolco seu refúgio. Ao estabelecer um tratado multilateral que cobrisse por completo a América Latina e que a abstivesse de armas nucleares, Brasil e Argentina encontraram um meio de demonstrar para os países centrais que o desenvolvimento nuclear era possível sem subjugamento e coerção. Além disso, como cita (ROSA, 1999):

O Tratado de Tlatelolco [...] vai muito além do TNP no que concerne a América Latina e o Caribe, ao assegurar por uma lei internacional a ausência total de armas nucleares nesta região do planeta. Por ele as cinco potências nucleares, que o assinaram, se obrigam a respeitar o status desta região como desnuclearizada. É permanente e deve permanecer em vigor indefinidamente, representando uma contribuição concreta para a paz.

É notório que TNP trouxe em seu seio características muito assimétricas, que parcialmente limitavam o prosseguimento de pesquisas nucleares por parte dos Estados não-nucleares, ao mesmo tempo em que consentia no aperfeiçoamento do desenvolvimento nuclear por parte dos Estados ditos nucleares. Isso mostra, ademais, que a promoção do desarmamento nuclear ficou relegada a um segundo plano, enquanto a centralidade do Tratado ficou sobre a não proliferação. Sob esse viés, Guimarães (2007) explana que os Estados Unidos e a União soviética obtiveram incontáveis vantagens sistêmicas quando comparado aos países não desenvolvidos, pelo fato de terem realizado investimentos pesados em pesquisa e desenvolvimento nuclear – já que a tecnologia exige investimentos maciços de caráter contínuo, que os países em desenvolvimento não seriam capazes de ofertar. Desse modo, determinados, também, pelo caráter intrínseco de competição sistêmica, as duas superpotências tentam manter o *gap* que existe entre as nações utilizando-se de ferramentas como restrição na difusão do conhecimento científico nuclear.

Le Guelte (2005) afirma que os países industrializados que seriam capazes de, posteriormente, desenvolver armamento nuclear, como Itália, Alemanha e Japão se recusaram, a princípio, a assinar o TNP, pois o consideraram inaceitável para a soberania de seu país, afirmando que esse tratado os rebaixaria ao segundo escalão de países do Sistema Internacional. Ademais, não descartaram a possibilidade de desenvolvimento de programas nucleares autônomos. Nesse contexto, Le Guelte (2005) enfatiza, ainda, que os primeiros signatários do Tratado foram países que tinham uma proximidade política mais umbilical, tanto com os Estados Unidos quanto com a União Soviética.

A questão da soberania também era essencial para Brasil e Argentina, que enxergavam no TNP uma ameaça aos seus projetos de desenvolvimento autônomo (WROBEL, 1993a), à época em progressiva ascensão. Mesmo que o texto do Tratado se referisse em seu artigo IV:

Nenhuma disposição deste Tratado será interpretada como afetando o direito inalienável de todas as Partes do Tratado de desenvolverem a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, sem discriminação, e de conformidade com os artigos I e II deste Tratado (ONU, 1968).

Guimarães (2007) traça um panorama das negações argentinas e brasileiras perante o TNP. Nesse sentido, explica que TNP era tido como um instrumento de institucionalização do *status quo* vigente na esfera internacional, ao passo que Brasil e Argentina tentavam alcançar maior prestígio. Dessa forma, o entendimento de países emergentes em relação ao TNP era de que o tratado engendrava uma normatização da divisão desigual de poder no Sistema Internacional ao invés de gerar contribuição para a paz e a igualdade mundiais. Ademais, esses países questionavam a capacidade do TNP em evitar a proliferação de armas nucleares em âmbito vertical. A saber: Brasil e Argentina não enxergavam o TNP como instrumento capaz de deter o avanço militar bélico (ou o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins não-pacíficos) de Estados nucleares. Assim, o Tratado acabaria por aumentar as vantagens sistêmicas das potências nucleares, as quais seriam capazes de continuar incrementando seu poder frente aos demais Estados, ao restringir o número de países possuidores de tais tecnologias.

Para fechar esse pensamento, o discurso na ONU, de João Augusto de Araújo Castro, embaixador brasileiro que foi, por muitos anos, o principal articulador de um regime de não-proliferação de armas nucleares:

O culto do poder e o temor reverencial à força tornaram-se tão respeitáveis que agora inspiram alguns dos documentos básicos das relações entre os homens. Tomemos, por exemplo, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que se baseia em uma teoria de diferenciação entre nações adultas responsáveis e não adultas. A premissa fundamental deste documento é que, contrariamente à experiência histórica, o poder gera a moderação e o poder traz consigo a responsabilidade [...]. A presunção generalizada é de que o perigo está nos países desarmados e não nos vastos e sempre crescentes arsenais das superpotências. O perigo agora é um atributo dos fracos e não um atributo dos fortes. Ao conferir poderes e prerrogativas especiais às nações que atingiram o status de adultas na era nuclear, esse Tratado poderá acelerar ao invés de impedir a corrida pelo poder. No mundo das nações, como no mundo dos homens, todos podem doravante esforçar-se, apesar de todas as dificuldades, para tornarem-se poderosos, fortes e bem-sucedidos. O Tratado consagra o poder e é uma institucionalização sem disfarce da desigualdade entre os Estados (CASTRO, 1970, p.10-11).

Frente a isso, o tratado de Tlatelolco dava mais autonomia às ações de Argentina e Brasil na esfera nuclear ao permitir, inclusive, explosões pacíficas (mesmo que elas nunca viessem a acontecer), que eram consideradas fundamentais no desenvolvimento pleno de tal tecnologia. Dessa maneira, a adesão ao TNP prejudicaria os objetivos a médio e longo prazo dos vizinhos sul-americanos ao mesmo tempo em que aumentaria o *gap* tecnológico entre as potências centrais. O argumento diplomático brasileiro à época era:

[...] os (países) desenvolvidos se distanciam cada vez mais dos subdesenvolvidos. A própria estrutura jurídica internacional começa a refletir certas tendências no sentido da consagração dessas diferenças crescentes, entre grandes e pequenas potências. Entre países que dispõem da tecnologia, dominam o átomo, conquistam o espaço, progredem em aceleração geométrica e, de outro lado, países que mal avançam, usando técnicas ronceiras, num subdesenvolvimento relativo que se agrava de ano para ano. [...] Externamente, é preciso resistir – e resistir com firmeza – a todas as tentativas de institucionalização, sob formas jurídicas, em tratados internacionais, dessa nossa presente menoridade econômica e tecnológica (MAGALHÃES PINTO, 1967, p.10³⁰ *apud* TEIXEIRA, 2007, p.53-54).

A opção brasileira e argentina pelo Tlatelolco e pela negativa do TNP percorreu toda década de 1970 e 1980. Quando os primeiros sinais de entendimento entre os dois países começaram a tomar bases mais sólidas, Argentina e Brasil sentiram a necessidade de mostrar às potências centrais que ambos não produziram um artefato nuclear e que a corrida nuclear no Cone Sul estava findada. Assim, em 1990, na declaração de uma “política nuclear comum”, fica acordado que os dois países irão:

tomar, uma vez concluído o Acordo de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica, as iniciativas conducentes a possibilitar a entrada em vigência plena do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), no que concerne aos dois países [...] (BRASIL, 1990)³¹.

4.2 A ADESÃO AO TNP E SEUS DESDOBRAMENTOS: A EXPANSÃO NO CENÁRIO MUNDIAL

A década de 1980 foi palco de inúmeros fenômenos de ordem global, regional e interna que marcaram a vida econômica e política dos países latino-americanos. Nesse quesito, destaca-

³⁰ MAGALHÃES PINTO, João de. Conferência na Escola Superior de Guerra, em 28/junho/1967, sobre os Fundamentos da Política Exterior. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v.10, n.37-38, p. 11-18, mar./jun. 1967.

³¹ Informações complementares em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Comum-portugu%C3%AAs.pdf>

se a moratória do México, em 1982, que abalou o sistema econômico regional. Ligado a isso, a Guerra das Malvinas, como dito anteriormente, findou com a ditadura militar argentina e desestabilizou a economia do país, que passou a encarar uma grave crise econômica. No lado brasileiro, a “década perdida” marcou a trajetória do país no Sistema Internacional, e a moratória da dívida em 1987 aliada à inflação galopante confirmou o caos econômico em que o país se situava (SKIDMORE, 1998).

Os anos noventa se iniciam com o definitivo desmoronamento do Segundo Mundo, em 1991, após os abalos que a queda do Muro de Berlim (1989) trouxe, o que acarretou, por consequência, no fim da Guerra Fria. Nesse mesmo ano, Argentina e Brasil cristalizaram o entendimento nas vias nucleares e romperam de fato com a desconfiança mútua que persistiu por séculos. Com a assinatura do Tratado de Assunção, que deu nascimento ao Mercosul, os dois países se engajaram em uma estratégia de aproximação regional em um mundo que a globalização era cada vez mais ascendente. Contudo, mesmo em meio à articulação do entendimento, é na década de 1990 que os dois países vão romper com o histórico rejeite ao TNP como forma de buscar reconhecimento internacional. Na mesma medida, é neste meandro que se dará a ratificação do Tratado de Tlatelolco (CERVO E BUENO, 2014).

Na busca de aumentar o alcance da doutrina neoliberal, os Estados Unidos formularam, em 1991, o Consenso de Washington, que viria a ser assinado pelo Brasil de Collor no mesmo ano e adotado, também, pelo líder argentino Carlos Menem. Baseado na ideia de descentralização do aparato estatal, da abertura de mercados e das privatizações, o Consenso abriu as portas dos países latino-americanos às empresas multinacionais e à influência do capital externo. A união dos presidentes argentino e brasileiro às ideias neoliberais trouxe antigos atores internacionais à mesa de negociações, como os Estados Unidos. Como coloca Mello (2010), para o caso brasileiro:

Após serem tomadas decisões importantes na área de proliferação e na administração do programa nuclear brasileiro no período compreendido entre 1988 e 1994 – tais como a reestruturação do Programa de Lançamento de Satélites, a aproximação com os Estados Unidos no governo Collor em negociações sobre o tema, a privatização das indústrias militares no mesmo governo, entre outros –, a principal questão que se colocava internacionalmente para o Brasil era o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Nesse sentido, a visão gramsciana de subalternidade dos países, expressa em Ramos (2012), se encaixa perfeitamente no referido período, ao destacar a relação histórica que Argentina e Brasil tiveram com o TNP e a força norte americana presente:

Para Gramsci a história de tais grupos é “desagregada e episódica”, com uma “tendência à unificação” que sempre é “rompida pela iniciativa dos grupos dominantes (...). Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta”. Ou seja, embora ao longo de sua história tais grupos demonstrem descontentamento e, através de suas mobilizações e engajamentos, gerem algum tipo de mudança, na verdade suas atividades políticas são, em larga medida, limitadas acarretando, assim, em uma certa ineficácia. Neste processo de engajamento político “espontâneo”, o que se percebe é a incapacidade de tais grupos, a despeito de suas manifestações e revoltas, de superarem sua condição de subordinação econômica e cultural, o que ocorre, em larga medida, devido à falta de uma liderança e de uma organização consciente capaz de dar direção e coerência tanto aos grupos quanto aos seus engajamentos políticos (RAMOS, 2012).

Embora tanto o Brasil quanto a Argentina não tivessem essa visão interna de subalternidade – não se viam como tal – o eixo neoliberal instalado nos anos 1990 trouxe consigo a ideia de diminuição da presença do Estado na tomada de decisões, o que levou à menor predominância dos interesses nacionais na formulação de política externa – sendo contraditório ao período em que os militares brasileiros, com o projeto Brasil-Grande-Potência, e os militares argentinos estavam no poder. Mesmo que com exacerbado tom ufanista da nação – vide *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “Ninguém segura esse país” –, os militares eram desenvolvimentistas que pensavam no engrandecimento de seus países e evitavam investidas externas que impossibilitassem o desenvolvimento da nação; e o TNP, para a questão nuclear, era um deles.

Sob essa perspectiva, a aceitação do TNP toma uma via contrária à ideia que Sennes (2003) preconizava para as Potências Médias (tanto para o Brasil, que se encaixa nessa terminologia, quanto para a Argentina que a buscava) ao analisar as relações que estas devem ter com uma Grande Potência. Qual seja: as relações, quando tomadas por uma Potência Média em relação a uma Grande Potência, devem ser de cuidado, buscando, sempre, estar livre de sua influência direta – tanto em termos internos quanto regionais –, evitando relações bilaterais. Mesmo que a assinatura do TNP tenha sido uma opção “multilateral”, a influência norte-americana foi fulcral na tomada de decisão dos países. Ademais, ambos perderam – ou optaram por perder – a influência que tinham como contestadores do Tratado. Assim, percebemos que, consoante Cervo e Bueno (2014), Brasil e Argentina apresentaram características típicas dos países latino-americanos dos anos 1990, com relações subservientes ao *status quo*.

A (re)investida norte-americana no Sistema Internacional, pós esfacelamento da União Soviética, como forma de reafirmação da liderança mundial impactou em cheio

os países emergentes. Por possuir maior capacidade de recursos (econômicos, militares, políticos, diplomáticos), os Estados Unidos buscaram remoldar o novo cenário internacional a seu critério, a fim de maximizar ganhos para seus objetivos estratégicos. Neste contexto, entender os objetivos norte-americanos se tornou essencial para países como a Argentina e o Brasil, que possuem fragilidades estruturais muito grandes em comparação a países desenvolvidos, na hora de reformularem suas políticas externas com vistas a garantir sua própria sobrevivência. Esse viés, condicionado às mudanças no cenário interno, com o abandono do desenvolvimentismo e a sustentação do neoliberalismo, impactaram na formulação, tanto argentina quanto brasileira, de políticas externas de reaproximação à hegemonia norte-americana (GUIMARÃES, 2005).

Nesse ínterim, o único ponto destoante que ainda não havia sido remoldado nos anos que se seguiram à adesão do neoliberalismo econômico-financeiro-político pelo Brasil e pela Argentina, e à reaproximação aos Estados Unidos, era o TNP. A saber: a opção de inserção internacional dos países (autônoma ou não) era condizente com políticas internas ora pragmáticas, ora subordinadas. No caso brasileiro:

[...] um modelo de desenvolvimento autônomo baseado na industrialização por substituição de importações correspondia a uma política externa autônoma, pragmática e multilateralizada. Em contrapartida, uma política de abandono do modelo econômico de desenvolvimento anterior corresponderia a uma nova inserção internacional do Brasil. Isso significa que nossa diplomacia seria, em certa medida, subordinada aos objetivos políticos e econômicos dos países líderes do sistema internacional, não por imposição destes, mas por opção política interna. Nesse sentido, manter a postura de recusa ao TNP, nos quadros do pós-Guerra Fria, seria até contraditório com a política de FHC e do antecessor Collor, de adequar-se à nova agenda internacional proposta pela superpotência remanescente da Guerra Fria (GUIMARÃES, 2005).

À Argentina, só cabia um caminho: a rearticulação externa. A situação econômica do país, que por anos enfrentou problemas como os brasileiros, ou até mais graves, saiu do controle. A hiperinflação foi controlada pela paridade peso-dólar, em 1991, mas isso acabou desincentivando os investidores privados, já que se tornava mais vantajoso adquirir de fora o que antes se produzia internamente a preços mais baixos. Assim, a dívida externa passou a reger a vida econômica, e os empréstimos junto a credores internacionais – como o FMI – e aos vizinhos latino-americanos se fez necessário para tentar balancear as contas internas. Desse modo, o entendimento do governo ia no sentido de manter boas relações com o sistema financeiro internacional a fim de manter os vínculos e aportes econômicos ao país. Nesse sentido, a Argentina começou, pouco a pouco, a rever sua política externa frente aos Estados

Unidos e, dessa maneira, se viu pressionada a repensar os questionamentos que eram feitos ao TNP (LEDESMA, 2007).

A pressão econômica e social que a Argentina estava passando nesse momento foi essencial para rever seu posicionamento estratégico e sua política externa. Contudo, fez-se necessário alterar um patrimônio diplomático duramente construído, que claramente havia trazido ganhos ao desenvolvimento do país e ao desenvolvimento de uma política nuclear autônoma. Por toda a década de 1980, a aproximação aos Estados Unidos era vista como prejudicial, principalmente na questão da soberania nuclear. Entretanto, as investidas norte-americanas no país só cresceram com a dependência argentina frente ao dólar, a qual se viu obrigada a, paulatinamente, rever sua estratégia. Assim, a instabilidade nas relações entre os dois países parece ter caminhado rumo ao entendimento na gestão Menem, fato que não podia ser constatado anteriormente. Nas palavras do Ministro Adolfo Saracho, embaixador argentino especializado em assuntos nucleares:

Históricamente, las relaciones argentinas con los Estados Unidos se han caracterizado por su inestabilidad. En los últimos tiempos, desde comienzos del gobierno militar, la política nuclear argentina se constituyó en foco de presiones por parte de Norteamérica, en las escasas situaciones de diálogo mantenidas. A partir de febrero de 1984 comienza a establecerse un cierto giro en la actitud de los Estados Unidos, no solo por nuestra reciente democratización sino por la imagen lograda por el presidente Alfonsín. El momento en que se reentablan efectivamente las conversaciones acerca del tema nuclear podrían fijarse en 1985, cuando el Embajador para Asuntos Nucleares Richard Kennedy viaja a la Argentina, en una visita fundamentalmente de sondeo y apertura de posiciones, si bien cobra importancia porque marca la reanudación del diálogo, las garantías exigidas para cualquier transacción siguieron resultando excesivas y desventajosas para nuestro país (SARACHO Y BENINSON, 1986: 10; *apud* LEDESMA, 2007)³².

Escudé (1992) aponta que o TNP teria sido um dos principais motivos de desconfianças e divergências com os norte-americanos. Utilizando-se de meios diplomáticos, os Estados Unidos garantiu ao Brasil e à Argentina que a mudança em relação ao TNP seria necessária para assegurar viabilidade na questão financeira, algo que a Argentina não podia se dar ao luxo de negar. Esse *soft-power* estadunidense forçou a gestão Menem a enfrentar um dilema: a

³² “Historicamente, as relações argentinas com os Estados Unidos foram caracterizadas pela instabilidade. Nos últimos tempos, desde o início do governo militar, a política nuclear argentina se tornou um foco de pressão da América do Norte, nas poucas situações de diálogo mantidas. A partir de fevereiro de 1984, uma certa virada na atitude dos Estados Unidos começou a ser estabelecida, não só por nossa recente democratização, mas também pela imagem alcançada pelo Presidente Alfonsín. O momento em que as conversas sobre o tema nuclear são efetivamente realizadas pode ser fixadas em 1985, quando o Embaixador dos Assuntos Nucleares Richard Kennedy viaja para a Argentina, em uma visita fundamentalmente de sondagem e abertura de posições, embora seja importante porque marca a retomada do diálogo, as garantias exigidas para qualquer transação continuaram a ser excessivas e desvantagens para o nosso país” (SARACHO E BENINSON, 1986: 10, *apud* LEDESMA, 2007, tradução nossa).

escolha de manter a negativa frente ao TNP diminuiria as possibilidades econômicas e de crédito internacional do país, porém, havia a opção de modificar a imagem internacional da Argentina pelo aceite ao Tratado e assim tomar uma posição pró-americana que lhe possibilitaria ganhos. Desse modo, a orientação de Menem caminhou no sentido simbólico de alterar, paulatinamente, a visão da Argentina frente ao mundo ocidental, principalmente em relação aos Estados Unidos.

Todavia, é importante perceber que ao se dar o alinhamento aos Estados Unidos e a conformação com o TNP, Argentina e Brasil tinham a esperança não só de ter acesso facilitado a transferências de recursos financeiros, mas de criar um vínculo de transferências de alta tecnologia, como a dos supercomputadores, que poderia servir para impulsionar seus projetos internos não só de caráter nuclear, mas na medicina, engenharia, etc (CASTRO, 2006). Contudo, a garantia dada pelo Brasil, em 1988, em sua nova Constituição Federal³³, de que relegaria a questão nuclear somente a fins pacíficos, bem como a ratificação e a entrada em vigor do tratado³⁴ de Tlatelolco no país, em 1994, e também na Argentina no mesmo ano (OPANAL, 2017), não bastou para os Estados Unidos. O Brasil cogitou, ainda, de forma subserviente, renunciar a seu projeto de desenvolvimento de um submarino atômico, um sonho antigo dos militares. Nas palavras do Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, a modificação do posicionamento da política nuclear brasileira:

Se o governo norte-americano, cujo bom entendimento dos projetos brasileiros é importante para que desenvolvamos alta tecnologia, “implicar”, digamos, com o projeto do submarino movido a energia nuclear, então deveremos negociar e o próprio descarte dessa ideia [do submarino nuclear] não está excluído. Não está excluído na medida em que a relação custo-benefício nos conduza a tanto. É uma questão de saber o que perderemos se levamos o projeto avante, à revelia de um país que nos pode transferir alta tecnologia. Creio que temos a ganhar com outros tópicos de alta tecnologia. Custo a crer que a tração de um submarino seja tão importante que justifique a renúncia, inevitável renúncia pelo Brasil, a outras formas de assistência tecnológica que podemos obter e esperamos obter a curto prazo (CASTRO, 2006, p. 90-91).

Destarte, Ledesma (2007) aponta que a aproximação aos Estados Unidos, por parte do governo argentino, significou um “*cambio en el criterio ordenador de la política exterior*”, que acarretou em mudanças de toda a ordem nas tomadas de decisões do governo. Uma

³³ Pelo artigo XXI da Constituição Federal de 1988, o Brasil deve: “explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional; [...] (artigo 21, inciso XXIII, CF/88).

³⁴ DECRETO No 1.246, DE 16 DE SETEMBRO DE 1994: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1246.htm

dessas mudanças teria sido a entrada argentina, compondo uma aliança multilateral, ao lado dos americanos, contra o Iraque na Guerra do Golfo. Essa atitude marcou efetivamente a opção argentina por uma política externa aliada aos interesses norte-americanos, pois rompeu com a tradicional neutralidade aos conflitos bélicos dos quais o país não fazia parte. Nesse contexto, dentro da estratégia argentina de reconstruir a forma pela qual o mundo ocidental a via, a assinatura do TNP em 1994, marcou, de fato, a nova aliança ao Ocidente, rompendo com a política externa anterior e, também, com a política nuclear que seus antecessores preconizavam (LEDESMA, 2007).

Ainda segundo Castro (2006), a Argentina recebeu auxílio norte-americano para firmar um acordo de construção de um reator experimental com o Egito. O autor coloca que os Estados Unidos retirariam-se da concorrência na licitação internacional caso a matéria de não-proliferação fosse totalmente aceita pelos argentinos. Desse modo, a CNEA firmou acordo com o Egito, o que rendeu aproximadamente 32,5 milhões de dólares. “Em virtude destes contatos com o Egito e os EUA, o presidente Menem passou a defender a não-proliferação, anunciando, desde três de dezembro de 1993, sua intenção de buscar a ratificação do TNP pelo congresso nacional” (CASTRO, 2006, p.101). Nesse sentido, o autor coloca que a decisão de Menem em defender a não-proliferação e aderir ao TNP estava pautada, também, nas dificuldades argentinas em acessar tecnologias de ponta, que os países desenvolvidos detinham e negavam. No lado brasileiro, o governo interpretou a adesão argentina como um fator de estímulo à própria adesão, pois o Brasil queria dar impulso a um programa aeroespacial, o qual necessitava de transferência tecnológica, cujos resultados políticos, econômicos e militares seriam excepcionais.

O Brasil, agora com seu principal aliado em termos nucleares sujeito ao Tratado, percebeu que se algo não mudasse, em pouco tempo teria de aderir ao acordo também, para fazer valer suas reivindicações que, embora não tivessem contato direto com o tema nuclear, precisavam do aval ocidental. A exemplo disso, a reivindicação brasileira à mudança no Conselho de Segurança da ONU e a busca pelo pleito a um assento no Conselho (ARRAES, 2005). Nesse contexto, o ano de 1996 foi marcante. Por um ofício enviado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os Estados Unidos se utilizaram do *soft-power* e informaram que “a legislação interna dos Estados Unidos da América obriga o Poder Executivo a impor sanções a terceiros países que cooperem em matéria de reprocessamento de urânio” (CASTRO, 2006, p.99), tal como Brasil e Argentina. O governo brasileiro interpretou essa

mensagem como pressão para a assinatura do TNP (CASTRO, 2006), pois a partir desse ano, ficou dependente da importação de urânio e os principais vendedores e parceiros comerciais nessa matéria eram os EUA e a Alemanha, os quais exigiam a assinatura do tratado para a realização de vendas (VARGAS, 1997).

Mesmo com tantas limitações no plano externo, o Brasil, ainda em 1996, firmou um acordo de desenvolvimento nuclear (pesquisa relacionada ao tório) com a Índia, passando por cima da dependência dos Estados Unidos e da Alemanha. Contudo, a Índia desde 1995 realizava testes nucleares, o que abalou ainda mais a relação entre o Brasil e as potências ocidentais. Como bem explana Malheiros (1996):

Os Estados Unidos estão sempre preocupados em acompanhar e controlar todos os projetos que possam trazer desenvolvimento e independência aos países do terceiro mundo. Uma cooperação Brasil-Índia na área nuclear seria um assunto altamente preocupante para os EUA se desse certo (MALHEIROS, 1996, p.197).

Entretanto, a situação do Brasil frente às revelações do arsenal bélico nuclear indiano em 1998 preocupou a comunidade internacional, e a relação com o TNP teve de tomar um caminho inovador: o aceite (CASTRO, 2006). Neste sentido, o presidente Fernando Henrique Cardoso expressou, em discurso ao Congresso Nacional, que a ação brasileira na ratificação do TNP traria ganhos expressivos internacionalmente:

[...] o compromisso com o uso pacífico da energia nuclear projeta a imagem do Brasil, aumenta nossa influência nas grandes questões internacionais e facilita a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Os acordos assinados até aqui são uma garantia juridicamente perfeita de que o Brasil não desenvolverá a arma nuclear. Senhoras e Senhores, a questão que se apresentava naturalmente ao Governo dizia respeito precisamente a deixar ainda mais claros os nossos compromissos com o desarmamento e a não-proliferação nucleares, aderindo ao TNP (CARDOSO, 1997).

O discurso de FHC foi congruente à ideia expressa por Sennes (2003) acerca do papel que o Brasil-Potência-Média tem de tomar multilateralmente ao buscar alianças e ações coletivas, que viabilizam o acúmulo de poder necessário para se fazer mais presente no cenário internacional. Contudo, Bandarra (2016) coloca que o Brasil já havia assegurado, no ingresso ao GSN³⁵ em 1995, à comunidade internacional seu apreço ao uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, bem como estabelecido normas e mecanismos, via acordo Quadripartite, de

³⁵ Grupo de Supridores Nucleares é um organismo multinacional preocupado com a redução da proliferação nuclear, controlando a exportação e a transferência de materiais e tecnologias que podem ser aplicadas no desenvolvimento de armas nucleares e melhorando a proteção dos armamentos existentes. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2652-grupo-de-supridores-nucleares>

salvaguardas e contabilidade de materiais nucleares que eram previstos no TNP. Além disso, a ratificação do Tratado de Tlatelolco incluiu, definitivamente, o Brasil em um mecanismo multilateral com fins pacíficos e sujeitos à inspeção, que proibia a produção de armamento nuclear, via OPANAL (BANDARRA, 2016). Isto posto, o Brasil rompeu com a posição de isolamento, seguindo a Argentina, e aceitando ser um “tomador de regras” dentro do regime de não-proliferação. Como mencionam Schenoni e Escudé em entrevista a Bandarra (2016):

With its 1998 decision to sign and ratify the Nuclear Non Proliferation Treaty – following Argentina’s lead, whose 1994 accession to the NPT had left Brazil in an isolated and awkward position – Brasília conformed more than ever to rule-taking status vis-à-vis a crucial dimension of the security realm. It formally accepted an inferior status vis-à-vis the five nuclear states recognized by the Treaty, and did not break the rules as did India, North Korea and Pakistan. Nothing has changed since, and it is hence indisputable that Brazil is to this day a rule-taking state when it comes to international security (BANDARRA, 2016)³⁶.

Neste sentido, constata-se que a adesão argentino-brasileira ao TNP era condizente às concepções das políticas externas desenvolvidas pelos governos civis que sucederam os governos militares em ambos os países. Isso tomava face, na Argentina, com o Realismo Periférico, enquanto no Brasil seguia-se o prisma da “autonomia pela integração”. Escudé (1992) afirma que o viés realista de pensar a Política Externa engendrou mudanças significativas às percebidas antes dos anos 1990, de forma que procurava-se “eliminar os efeitos autodestrutivos das tendências confrontacionistas com grandes potências ocidentais que haviam acompanhado a política exterior argentina desde os anos 1930” (CERVO, 2007, p. 221). Por outro lado, no Brasil, a diplomacia buscava autonomia nacional pela participação nos regimes internacionais (SILVA, 2008).

O governo de Fernando Henrique Cardoso pautou pela utilização da “autonomia pela integração” com vistas a substituir a agenda reativa da política externa brasileira dos anos anteriores à década de 1990. Assim, essa agenda preconizava que o país deveria adentrar as várias facetas multilaterais e ajudar na elaboração de suas normas como meio de ampliar o poder de defesa dos interesses nacionais em meio a um contexto de pós Guerra-Fria, que requeria um perfil mais elevado de inserção internacional. Portanto, o aceite ao TNP representou a

³⁶ “Com a decisão de 1998 de assinar e ratificar o Tratado de Não Proliferação Nuclear - seguindo a liderança da Argentina, cuja adesão ao TNP de 1994 deixou o Brasil em uma posição isolada e estranha - Brasília se conformou mais do que nunca ao status de “tomador de decisão” em relação a uma dimensão crucial do domínio de segurança. Aceitou formalmente um status inferior em relação aos cinco estados nucleares reconhecidos pelo Tratado, e não violou as regras, como fez a Índia, a Coréia do Norte e o Paquistão. Nada mudou desde então e, portanto, é indiscutível que o Brasil seja hoje um Estado de tomada de normas em matéria de segurança internacional” (SCHENONI, ESCUDÉ, 23 de março de 2016, apud BANDARRA, 2016, tradução nossa).

possibilidade de participação nos organismos internacionais de não-proliferação vigentes, como a AIEA, além da tão quista transferência tecnológica dos países desenvolvidos (SILVA, 2008). Conforme Lampreia (1998):

Um outro caso, também, de autonomia pela participação, é do TNP. Eu trabalhei na delegação brasileira, em Genebra, em 1968, quando da fase conclusiva da negociação do TNP, e sempre nos governamos, ao longo de toda a nossa carreira, nós todos, pelo conceito de que o TNP era, fundamentalmente, um acordo mau, um acordo desequilibrado. É claro que, ao firmar esse tratado, o Brasil perdeu liberdade, por assim dizer, de fazer a bomba atômica. E o Enéas, por exemplo, se chegar à presidência – coisa que ninguém espera – vai ter uma certa dificuldade em se sobrepor a esses compromissos internacionais já firmados. Mas o fato é que continuamos a achar o TNP um tratado iníquo. Sucede, porém, que cada vez mais essa posição de princípio nos criava um problema de credibilidade (LAMPREIA, 1998³⁷ *apud* SILVA, 2008).

Bandeira (2004) coloca, todavia, que a adesão ao TNP foi usada como mecanismo de barganha da política externa brasileira no que tange ao contato com os Estados Unidos. Ou seja: não convinha ao governo de FHC uma relação de conflito com os EUA, assim, enquanto negava a ALCA, empurrando-a a negociar com o Mercosul, aderiu ao TNP como forma de suavizar as relações. Sob essa perspectiva, Bandarra (2016) coloca que as barreiras de acesso às tecnologias de ponta já haviam sido retiradas, quando da entrada em vigor do Tlatelolco no Brasil e na Argentina e da utilização das salvaguardas da AEIA por meio do Acordo Quadripartite.

Por conseguinte, percebemos que, mesmo que dificuldades de caráter econômico tenham existido no processo de desenvolvimento dos programas nucleares brasileiro e argentino, esses países obtiveram tecnologia de enriquecimento de urânio com programas preponderantemente autônomos. Desse modo, mesmo que Argentina e Brasil tenham procurado, ou não, a execução de uma bomba atômica ou de um projeto nuclear para fins bélicos e tenham gerado uma corrida nuclear no Cone Sul, a adesão ao TNP nos anos 1990 dispensou totalmente a possibilidade de tal feito. Além disso, as motivações para tal assinatura foram de caráter primordialmente políticos e não técnicos, em que o contexto internacional foi um determinante essencial na formulação das políticas externas nos dois países (CASTRO, 2006).

³⁷ LAMPREIA, Luiz Felipe. Aula Magna de abertura dos cursos do Instituto Rio Branco. Brasília, 29 set. 1998. p. 91. IN: Id. *Diplomacia Brasileira*, op. cit., p. 91.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações argentino-brasileiras foram, historicamente, marcadas por desconfianças e rivalidades que só amadureceram nos anos findos da ditadura militar. Esse período de amadurecimento só se tornou possível devido a um longo e lento processo de entendimento entre os dois países, no qual ficou evidente que nem a Argentina nem o Brasil tinham intenções de realizar um conflito armado pela hegemonia da América do Sul. A cessação das rivalidades e a busca pelo entendimento encontraram no início da década de 1990 o seu auge. A construção de um organismo bilateral de controle nuclear e de inspeção mútua (a ABACC) garantiu a amizade pela via militar. Nesse meandro, a criação do MERCOSUL consolidou a relação amistosa pelas vias da integração econômica.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona a importância da energia atômica, dado o potencial e a capacidade de destruição percebidas em Hiroshima e Nagasaki. Assim, no contexto sul-americano, Brasil e Argentina, que buscavam seu fortalecimento regional, perseguiram esse objetivo com vias autônomas, já que as Grandes Potências barravam a transmissão e a difusão de conhecimento. Dessa maneira, ambos países se engajaram, de forma distinta, na busca pelo desenvolvimento nuclear. Mesmo que, inicialmente, os governos de caráter populista de Vargas e Perón tivessem investido em pesquisa e desenvolvimento, foi nas ditaduras militares dos dois países que o potencial atômico e a energia nuclear como fim (pacífico ou não) foram incessantemente buscados. E são por fatores e valores de ordem interna, e da própria sociedade, que Argentina e Brasil modificaram suas políticas externas almejando o *status* de país nuclearizado.

Os grupos militares que tomaram o poder na Argentina e no Brasil receberam formação em escolas estadunidenses no pós Segunda Guerra, onde encontraram o Realismo como o baluarte teórico da Guerra Fria. Nesse sentido, nada era mais importante que a defesa do território e da soberania nacional, e mesmo que por um breve período de tempo as “Fronteiras Ideológicas” emergiram como ideia unificada de combate ao comunismo e possibilitaram uma Hegemonia Consensual no Cone Sul, sob a liderança brasileira. A Argentina, nessa ocasião, aceitou ser o que Bandeira (1995), em referência à relação com os Estados Unidos, descreve como “satélite do satélite”. É importante notar que, mesmo sob esse breve e atípico momento, a busca pelo desenvolvimento nuclear autônomo não foi rompida, mas sim reforçada. A emergência de uma ditadura brasileira fez crescer o anseio argentino pelo poder nuclear, já

que, na visão argentina, o Brasil, com os militares no poder, poderia consolidar o processo de expansão política regional do país, principalmente pelas vias platinas (Rio da Prata), o que romperia com a balança de poder no Cone Sul e enfraqueceria a Argentina.

O medo de confronto bélico entre os dois países e as desconfianças em relação aos programas nucleares, ao mesmo tempo em que desencadeou uma corrida nuclear no Cone Sul, protagonizada por Argentina e Brasil, impossibilitou que houvesse cooperação direta no desenvolvimento atômico, o que fez com que ambos se voltassem para fora na busca de *know-how*. Desse modo, Argentina e Brasil encontraram na RFA, ou na URSS (no caso argentino), parceiros que não perpetuaram relações de subordinação no setor, como fora o caso dos Estados Unidos, mas que foram capazes de transmitir tecnologia e conhecimento diretamente. Os acordos com esses países possibilitaram que os projetos nucleares se desenvolvessem com amplitude e que gerassem bons frutos em pouco tempo: a Argentina e o Brasil dominaram o ciclo do urânio e estiveram a um passo de construir bombas nucleares (com os chamados os “projetos paralelos”). A preponderância argentina no setor nuclear era notória até meados da década de 1980, principalmente na tentativa da diplomacia argentina de barganhar ajuda no desenvolvimento nuclear para o Brasil em troca de suas demandas sobre os acordos de Itaipu.

Contudo, os choques externos (choques do petróleo, moratórias, crises internacionais), o fim do milagre brasileiro, a crise argentina (principalmente após a derrota nas Malvinas), e condicionantes internos de cada país favoreceram para a saída dos militares do poder nos dois países. Nesse sentido, o apoio brasileiro às reivindicações argentinas sobre as Malvinas, bem como os acordos de Itaipu-Corpus e os primeiros entendimentos na via nuclear serviram para aproximar os dois Estados e para romper com as desconfianças mútuas. A criação da Agência bilateral de Contabilidade e Controle – ABACC – em 1991, reuniu os esforços dos dois países em mostrar para a comunidade internacional que o Cone Sul estava, de fato, livre de uma corrida nuclear e do perigo de desenvolvimento bélico no setor. As políticas externas que anteriormente se voltavam para dentro do continente, na disputa pela hegemonia regional e pela consolidação do *status* de Potência Média (no caso brasileiro), a partir da década de 1990, com o fim a crise do modelo desenvolvimentista e com o advento do Consenso de Washington e da era de liberalização, voltaram-se para fora. Sob esse viés, enquanto a Argentina procurava ajuda internacional para saldar dívidas externas e para recorrer a novos empréstimos, o Brasil rompia com o desejo de autonomia singular para consolidar a ideia de “autonomia pela participação”.

Desse modo, a atitude que, durante os períodos militares, foi dada de maneira defensiva sob temas de Direitos Humanos, Não-Proliferação Nuclear e tecnologias sensíveis na comunidade internacional, a partir da década de 1990 foi substituída pela integração a esses regimes para o aumento de crédito, no caso argentino, e pela noção de que era imperativa a participação plena em todos esses regimes, por parte do Brasil, para aumentar sua projeção internacional. Sob essa perspectiva, a criação do Mercosul favoreceu ambos os Estados, ao criar uma zona de comércio e integração que afastou dilemas regionais de desconfiança e aproximou os países da comunidade internacional. Concatenado a isso, enquanto a Argentina estava enfraquecida pela crise econômica, o Brasil fortaleceu-se com o Plano Real, reorganizou sua economia e foi capaz de projetar suas ambições de Potência Média sobre a América Latina, congregando os mercados via Mercosul, ao passo que tomava a liderança regional ao negar as incursões externas, via ALCA, por exemplo.

Tendo em vista o problema de pesquisa dessa monografia, que foi analisar o porquê da assinatura do TNP pelo Brasil e pela Argentina após décadas de negativa em fazê-lo, é essencial notarmos que a assinatura do Tratado se deu por uma congruência de fatores de ordem interna e sistêmica, com notório viés político e não técnico. A saber: o Tratado de Tlatelolco, ao mesmo tempo em que criava uma zona livre de armas nucleares na América Latina e no Caribe, com cláusulas específicas e claras, dava mais autonomia no processo de desenvolvimento de energia nuclear para os países signatários; ao passo em que o TNP restringia o desenvolvimento autônomo, condicionando a difusão do *savoir faire* a salvaguardas limitadoras, ao mesmo tempo em que congelava o poder internacionalmente e não era claro ao definir um meio pelo qual os detentores de armas nucleares seriam obrigados a se desfazer de seus arsenais. A diplomacia tanto argentina quanto brasileira sempre fora muito clara ao repudiar tal tratado, ancorando-se em Tlatelolco para garantir à comunidade internacional que seus fins de pesquisa eram pacíficos.

Neste íterim, percebemos que a hipótese central do trabalho de que Argentina e Brasil integrariam o TNP para continuarem seus projetos de pesquisa nuclear devido às mudanças de ordem sistêmica ocorridas a partir dos anos 1990 não é comprovada. Verificamos que a adesão ao Tratado se deu por um claro viés político, onde Argentina buscava ajuda econômica externa e parceiros internacionais que pudessem tirar o país da fragilidade econômica em que se encontrava desde a saída dos militares do poder, em 1983, enquanto o Brasil optou por fazê-lo por uma reorientação política interna (a Autonomia pela Participação), com vistas a integrar

o maior número de regimes internacionais para conseguir, desse modo, aumentar e projetar seu poder. Ademais, com a criação da ABACC, em 1991, e a conseqüente submissão de suas pesquisas às salvaguardas internacionais da AIEA, e com a adesão plena dos dois Estados ao Tratado de Tlatelolco, a difusão tecnológica pelos países centrais – que era tão quista e foi um dos principais argumentos para aderir ao TNP – foi liberada pelo Congresso Americano, não havendo, para tal, motivos técnicos que viabilizassem ou tornassem necessária a adesão ao TNP.

Sob essa perspectiva, fica clara que a busca por cooperação e auxílio técnico que modificou as relações na década de 1980 já não eram mais o foco e o objetivo da assinatura do TNP (hipótese específica) e que, analisando outra hipótese específica, a assinatura ao TNP trouxe, de fato, mais perdas que ganhos para o Brasil – o Tratado de Tlatelolco seria mais vantajoso e com menos custos político-diplomáticos – enquanto que, para a Argentina, possibilitou, sim, o recebimento de ajuda econômica externa e a consolidação de alguns acordos internacionais, com a ajuda estadunidense, que angariaram bons lucros ao país. Por conseguinte, vale ressaltar que a rivalidade nesse período não deixou de existir entre o Brasil e a Argentina, mas ficou notadamente em um segundo plano, e que as ambições brasileiras de se projetar como Potência Média na região foram mantidas – o Brasil continuou sendo o núcleo político-econômico do Cone Sul. Entretanto, a assinatura do TNP marcou uma inflexão dessa postura, ao subjugar seus questionamentos à ordem internacional imposta prostrando-se aos interesses da hegemonia global, os Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES – ABACC. *Acordos e Declarações*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/acordos-e-declaracoes>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES – ABACC. *Comunicado conjunto*. Rio de Janeiro, 1990a. Disponível em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires_PT.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES – ABACC. *Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina*. Foz do Iguaçu, 1990b. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Comum-portugu%C3%AAs.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2017.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA - IAEA. *Statute*. IAEA, s.d, 1956. Disponível em <<https://www.iaea.org/sites/default/files/statute.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

AGENCY FOR THE PROHIBITION OF NUCLEAR WEAPONS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN - OPANAL. *Historia*. Ciudad de México, 2017. Disponível em: <<http://www.opanal.org/historia/>> Acesso em: 12 nov. 2017.

AMADO, R. A Política Externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; STEINFUS, R.; CASTRO, H. (Org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores Comercio Internacional y Culto. *Article with argentine ambassador in Brasilia declarations regarding relations with Brazil*. Buenos Aires, 1983. Disponível em: <ri.fgv.br/pesquisa/brasil-e-argentina-na-ordem-nuclear-global/documentos>

ARGENTINA. Presidencia de la Nación. Ministerio de Energía y Minería. Comisión Nacional de Energía Atómica. *Más de seis décadas al servicio del país*. Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<https://www.cnea.gov.ar/es/institucional/historia/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ARRAES, V. O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 152-168, 2005.

BANDARRA, L. C. L. A. *A luta contra o Tordesilhas Nuclear: três momentos da política nuclear brasileira (1969-1998)*. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2016.

BANDEIRA, L. A. M. *As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. 680 p.

_____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O continente nas relações Argentina – Brasil (1930-1992)*. 2 ed, Brasília: Edunb, 1995. 352 p.

_____. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização (II): a rivalidade emergente*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BATISTA, G. F. F. *Política Externa Brasileira e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP): da Resistência à Adesão*. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BRANDÃO, R. V. M. *O Negócio do Século: O Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha*. 2008. 129 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BRASIL. *Metas e Bases para Ação do Governo*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/identem/322>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979*. Brasília, set. 1974. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. *Programa Nuclear Brasileiro*. Brasília, 1977a. Disponível em: <<http://memoria.cnen.gov.br/Doc/pdf/cronologia/B0000003.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O problema energético do Brasil: a necessidade da opção nuclear. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.12, p. 9-16, 1977b. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_12_jan_fev_mar_1977.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Figueiredo em Buenos Aires: harmonia no relacionamento Brasil-Argentina. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.25, 1980a. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_25_abr_mai_jun_1980.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Presidente Brasileiro recebe as chaves simbólicas de Assunção. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.25, p 5, 1980b. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_25_abr_mai_jun_1980.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Declaração conjunta relata os entendimentos entre o Brasil e a Argentina. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.25, p 54, 1980c. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_25_abr_mai_jun_1980.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Tratados, Acordos e Convênios. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.26, p 117 - 150. 1980d. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_26_jul_ago_set_1980.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. no comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil-Argentina em Paso de los Libres. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.28, p 23, 1981. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_29_abr_mai_jun_1981.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. José Sarney e Raúl Alfonsín inauguram a ponte Presidente Tancredo Neves. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.47, p 20. 1985. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_47_out_nov_dec_1985.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20/10/2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Presidente José Sarney na Organização das Nações Unidas. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.57, p 80. 1988b. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_57_abr_mai_jun_1988.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Abreu Sodré fala aos estagiários da Escola Superior de Guerra. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.58, p 38. 1988c. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_58_jul_ago_set_1988.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Atos bilaterais vigentes assinados durante o quarto trimestre de 1988. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.59, p 94. 1988d. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_59_out_nov_dec_1988.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai criam o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.68, p. 31. 1991a. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_68_jan_jun_1991.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Brasil e Argentina assinam acordo com a AIEA. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.69, p 185-186. 1991b. Disponível em: <http://funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_69_jul_dec_1991.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. *Decreto de Adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear*. Decreto – Lei nº 2.864 de 7 de dezembro de 1998 decreta a adesão do Brasil ao TNP. Brasília, 1998. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111509/decreto-2864-98>>.

BURGES, S. W. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. *Revista Monções*, Dourados, v. 5, n. 9, p. 357-385, 2016.

CANDEAS, A. *A integração Brasil-Argentina: História de uma ideia na “visão do outro”*. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2017.

CARDOSO, F. H.. *Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de assinatura da mensagem que envia o Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares ao exame do Congresso Nacional*. Brasília, DF – 20/6/1997. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1997/20-de-junho-de-1997-discurso-por-ocasio-da-cerimonia-de-assinatura-da-mensagem-que-envia-o-tratado-sobre-a-nao-proliferao-de-armas-nucleares-ao-exame-do-congresso-nacional>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CASTRO, J. A. A. Fundamentos da Paz Internacional: Balança de Poder ou Segurança Coletiva. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, n.49-50, p. 7-23, mar./jun., 1970. Disponível em: <http://www.mundorama.net/wp-content/uploads/2013/10/rbpi_1970_49_50.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CASTRO, R. M. *Reinterpretando a Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina: as Diversas Nuances e Perspectivas deste Relacionamento no Contexto Mundial*. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CERVO, A. L. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 4 ed. Brasília: EdUnB, 2014. 595 p.

DICCO, R. Breve historia de los reactores nucleares de investigación y producción de la CNEA. *Centro Latinoamericano de Investigaciones Científicas y Técnicas*. Buenos Aires, p. 1-60, 2013. Disponível em: <<https://fr.scribd.com/doc/222477049/BREVE-HISTORIA-DE-LOS-REACTORES-NUCLEARES-DE-INVESTIGACION-DE-LA-CNEA-Ricardo-De-Dicco-pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ESCUDE, C. Cultura Política y Política Exterior: el salto cualitativo de la política exterior argentina inaugurada en 1989 (O breve introducción al Realismo periférico). In: RUSSEL, R. *La política exterior argentina en el Nuevo Orden Mundial*, FLACSO-GEL, Buenos Aires, 1992.

ESPÓSITO NETO, T. Desenvolvimento e autonomia: os eixos da política externa do Governo Geisel (1974-1979). In: SILVA, A. L. R.; SVARTMAN, E. M. (Org.) *A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)*. Curitiba: Juruá, 2014. 210 p.

_____. O tortuoso caminho da cooperação entre Brasil e Argentina. In: SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A. (Org.) *Fronteiras invisíveis: as relações do Brasil com a América Latina*. 1ed. Dourados: EDUFGD, 2016, v. 1, p. 31-58.

FISCHER, D. *History of the International Atomic Energy Agency: The First Forty Years* Vienna: International Atomic Energy Agency, 1997.

FÜLLGRAF, F. *A bomba pacífica: O Brasil e outros cenários da corrida nuclear*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 248 p.

GUIMARÃES, M. A. *As alterações da política externa brasileira nos anos noventa, um estudo de caso: a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (TNP)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos Anos de Periferia: Uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 166 p.

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 312 p.

HIRST, M. *Understanding Brazil-United States relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century*. Brasília: FUNAG, 2013.

LAFER, C. *JK e o programa de metas: processo de planejamento e o sistema político do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEDESMA, L. S. *La posición histórica de Argentina frente al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) y su cambio en los 90s*. Dissertação de Mestrado. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.udesa.edu.ar/jspui/handle/10908/919>>

LE GUELTE, G. *Sessenta Anos de Armas Nucleares*. Biblioteca Diplô, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2005-11,a1192>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MALHEIROS, T. *Histórias Secretas do Brasil Nuclear*. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

MARQUES, P. Q. *Sofismas nucleares: o jogo de trapanças na política nuclear do país*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, R. Governo Costa e Silva: A Diplomacia da prosperidade e a retomada do padrão de conduta externo brasileiro (1967-1969). In: SILVA, A. L. R.; SVARTMAN, E. M. (Org.) *A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)*. Curitiba: Juruá, 2014. 210 p.

MEDEIROS, T. R. *Entraves ao desenvolvimento da Tecnologia Nuclear no Brasil: dos Primórdios da Era Atômica ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado do Curso de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MELLO, L. I. A. *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996. 252 p.

MENDOZA, D. H. De “átomos para la paz” a los reactores de potencia. Tecnología y política nuclear en la Argentina (1955-1976). *Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.*, Buenos Aires, v. 2, n. 4, ene. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132005000100003>. Acesso em: 12 nov. 2017.

OLIVEIRA, O. M. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 1, p. 5-23, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)*. UN, 1968. Disponível em: <<http://www.un.org/en/conf/npt/2005/npttreaty.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ONUJI, J. O Brasil e a construção do Mercosul. In: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (Org.) *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2006. p. 199-320.

ORNSTEIN, R. El desarrollo nuclear argentino: 60 años de una historia exitosa. *CNEA*, Buenos Aires, v. 10, n. 37-38, enero/jun. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110916075147/http://www.cnea.gov.ar/pdfs/revista_cnea/37/60a%C3%B1os.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PATTI, C. O programa nuclear brasileiro, entre o passado e o futuro. *Boletim Meridiano* 47, n.140, vol. 14, p. 49-55, nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/9790/7388>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. (Org.). *O programa nuclear brasileiro: uma história oral*. São Paulo: FGV, 2014. 302 p. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13733/O%20programa%20nuclear%20brasileiro.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2017.

PECEQUILLO, C. S. *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PINHEIRO, L. *Foreign Policy Decision-making under the Geisel Government: The president, the military and the foreign ministry*. Brasília: FUNAG, 2013.

PUTNAM, R. D. *Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level game*. *International Organization* 42, n. 3, p. 427-460, 1988. Disponível em: <<https://www.ou.edu/uschina/texts/Putnam88Diplomacy.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ROMERO, J. L. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997, 4 ed. Disponível em: <<http://escuelasuperior.com.ar/instituto/wp-content/uploads/2017/04/Breve-historia-de-la-Argentina-Jose-Luis-Romero-1.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ROMERO, L. A. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SENNES, R. *As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 143 p.

SHENIMAN, L. *The International Atomic Energy Agency and World Nuclear Order*. Washington DC: RFF Press, 1987.

SPEKTOR, M. *Origens da cooperação nuclear uma história oral crítica entre Argentina e Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 239 p.

ROSA, L. P. A Energia Nuclear e as Perspectivas de Cooperação entre a Argentina e o Brasil. In: LLADÓS, J. M.; GUIMARÃES, S. P. *Perspectivas: Brasil e Argentina (volume II)*. Brasília: FUNAG, 1999. p. 519-538.

_____. *A Política Nuclear no Brasil*. São Paulo: Greenpeace, 1991.

_____.; PIRES, R. L. N. F. O acordo nuclear com a Alemanha no contexto do “modelo” e da crise. In: ROSA, L. P. (Org.). *Energia e crise*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.85-101.

SARAIVA, M. G. *Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 160 p.

SILVA, A. L. R. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14743/000665956.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SKIDMORE, T. E. *Uma História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.

SOUTO, C. V. Governo Médici: a busca da autonomia dentro das regras do jogo (1969-1985). In: SILVA, A. L. R.; SVARTMAN, E. M. (Org.). *A Política Externa Brasileira: uma introdução*.. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SOUZA, F. F. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975: O desafio brasileiro na busca de soberania nacional. *Revista AEDOS*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9818/5618>>.

TEIXEIRA, Démia B. A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

UNITED NATIONS. *Treaties or International Agreements filed and recorded with the Secretariat of the United Nations*. New York, 2005. p. 405-442. (Treaty Series, 2247).

VARGAS, E. V. Átomos na Integração: a Aproximação Brasil-Argentina no Campo Nuclear e a Construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n.1, jan./jun., 1997.

VIDIGAL, C. E. *Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)*. 2007. 339 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VISENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

WROBEL, P. S. A Diplomacia Nuclear Brasileira: A Não-Proliferação Nuclear e o Tratado de Tlatelolco. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.15, n.1, p. 27-56, jan./jun., 1993a.

_____. *Uma Análise do Regime de Não-Proliferação de Armas Nucleares*. Brasília: FUNAG, 1993b.

ZAJEC, O. Os Países que não Podem Ter. *Biblioteca Diplô*, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/os-paises-que-nao-podem-ter/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.